Agueologia História Volume nº 58 | 59 - 2006 | 2007



As grutas artificiais da **Estremadura** portuguesa:

Patrícia Jordão Pedro Mendes

Arqueólogos. Arqueológico de São Miguel de

uma leitura crítica das arquitecturas

0. Introdução

No ano 2000, tivemos oportunidade de fazer uma intervenção num sítio arqueológico, aparentemente incapaz de fornecer quaisquer dados novos. Tratava-se das grutas de Ribeira de Crastos (Caldas da Rainha), escavadas nos anos 40 por Manuel Heleno e cujo espólio foi, em parte, publicado em 1977 por Veiga Ferreira. Neste artigo, o autor nada refere relativamente ao tipo arquitectónico das grutas, pois nunca chegou a visitar o local dos achados. Para a comunidade científica, Ribeira de Crastos passou a ser mais um ponto no mapa da distribuição da cerâmica campaniforme.

As grutas foram sendo citadas na bibliografia ora como artificiais (Machado, 1964: 73; Senna-Martinez, 1990: 14), ora como abrigos naturais (Silva, 1993: 32), ficando, no entanto, esta questão em aberto por falta de registos fotográficos e topográficos das cavidades.

Importava assim esclarecer a natureza e tipologia destas estruturas, justificando-se uma intervenção no local para remover o sedimento que cobria a base das grutas e que impedia a sua leitura integral.

A arquitectura dos monumentos desde logo suscitou várias questões – não desenvolvidas na primeira publicação do sítio (Jordão e Mendes, 2000) – que conduziram a um estudo mais aprofundado das mesmas, que agora se apresenta.

Relativamente às grutas, a gruta I é constituída por uma câmara de tendência ovalada, escavada na rocha a partir de um corredor natural preexistente (diaclase). A gruta II é o resultado do alargamento de uma outra diaclase, afeiçoada de forma a obter uma câmara arredondada, irregular, possuindo ainda um nicho e duas pequenas cavidades artificiais.

Embora reconhecendo um certo ar de "família" nas duas grutas – por serem artificiais - não é possível "encaixá-las" na tipologia das de Alapraia ou Carenque. De facto, existe em Ribeira de Crastos uma característica que as distancia das chamadas grutas "clássicas": a sua construção foi condicionada por uma sugestão da Natureza, não em termos de matéria-prima, mas porque existia uma cavidade ab initio. Na gruta I e na Gruta 2 estamos perante duas soluções arquitectónicas desenvolvidas a

partir de cavidades naturais.

Estes não são monumentos únicos no grupo das grutas artificiais estremenhas, apresentando semelhanças formais com monumentos bem conhecidos da bibliografia, como Quinta das Lapas I e II. Movidos pela necessidade de uma mais clara classificação tipológica, procurámos definir as características técnicas e morfológicas dos monumentos existentes, mas efectivamente mal conhecidos, que não se enquadravam no quadro tipológico já existente. Segundo V. Gonçalves (1992, 1995 e 2005) não existe uma categoria que consiga definir este grupo de monumentos. O autor classifica as grutas artificiais portuguesas em três grupos: "1. tipo "coelheira"; 2. de câmara tipo 1. com acesso vertical periférico e 3. "variações locais", isto é, monumentos que [...] nada têm a ver, nem pela arquitectura nem pelos artefactos votivos com o que referimos." (Gonçalves, 2003: 120)

Neste momento, consideramos manifestamente insuficiente esta tipologia para as grutas artificiais portuguesas, nomeadamente estremenhas, nosso objecto de estudo.

I. Metodologia

O trabalho de inventariação das grutas artificiais da Estremadura teve início com um levantamento bibliográfico, bastante exaustivo no que respeita aos sítios sobre os quais não existia informação suficiente: uma planta, uma descrição das estruturas ou a sua localização exacta.

A partir daqui conseguiu-se identificar um universo de 32 monumentos (Quadro I). Para alguns casos foi necessário iniciar um processo de prospecção, identifica-

Grutas artificiais	Conhecidas	Relocalizadas	Alvo de limpeza	Destruídas	
			e levantamento		
Pernes					
Ribeira Branca I					
Ribeira Branca 2					
Ribeira de Crastos 1 e 2					
Quinta das Lapas 1 e 2					
Casal da Lapa					
Ermegeira					
Cabeço da Arruda					
Praia das Maçãs					
Verdelha dos Ruivos					
Monte do Castelo					
Carenque I, 2, 3					
Alapraia I, 2, 3 e 4					
S. Pedro do Estoril le 2					
S. Paulo I e 2					
Palmela 1, 2, 3 e 4					
Capuchos I e 2					
Quadro I- Grutas artificiais da Estremadura Portuguesa					

ção, relocalização e posterior registo gráfico e fotográfico, nem sempre bem conseguido, dado que alguns sítios já se encontravam destruídos. Foi necessário a limpeza do interior de algumas cavidades de modo a permitir expôr a totalidade das estruturas. Relativamente aos sítios bem identificados, com desenhos e descrições morfológicas, efectuámos um confronto entre as interpretações publicadas e as realidades que era possível observar culminando, por vezes, com a execução de novos registos.

2. O hipogeismo no contexto mediterrânico: donde e quando

Ao falar das grutas artificiais estremenhas, não podemos deixar de procurar origens, influências, similitudes. De origem alógena, a ideia da construção de sepulcros escavados na rocha tem raízes mediterrânicas. Alheios à discussão de um ou de múltiplos focos difusores para Ocidente interessa-nos, sobretudo, e mais uma vez, procurar regularidades. Isto é, a verificação de que, em determinada altura, e em vários pontos do Mediterrâneo, as populações constroem estruturas tipologicamente similares para acolher os mortos. Ao mesmo tempo documentam-se, através de objectos e por intermédio de manifestações artísticas, práticas rituais e simbólicas, semelhanças desde o Levante até ao extremo Ocidente peninsular.

A partir do Neolítico (no Mediterrâneo Central e Oriental) as sepulturas começam a ser pensadas e realizadas segundo uma intenção comum de estruturar e, progressivamente, monumentalizar os espaços da morte.

Encontramos dois modelos independentes de construção funerária: sepulturas epigeicas construídas com grandes pedras megalitismo; sepulturas hipogeicas escavadas na rocha hipogeismo (Lilliu, 2000). Estes dois conjuntos acabam por estabelecer relações materializadas por monumentos de técnica mista: um bom exemplo são os

Origem	Ref ^a	Natureza da amostra	Data convencional BP	Cal BC I δ	Cal BC 2 δ	Fonte
Monte do Castelo	ICEN 738	Osso humano	4630 ± 45 anos BP	3497-3351	3509-3147	(Cardoso, 1991)
Praia das Maçãs	H 2049/1487	Carvão	4260 ± 60 anos BP	2910-2710	3020-2630	(Soares, 1993)
(Câmara Ocidental)	OxA 5509	Alfinete de cabelo	4410 ± 75 anos BP	3260-2920	3340-2880	(Cardoso, 1995)
	OxA 5510	Alfinete de cabelo	4395 ± 60 anos BP	3090-2920	3310-2890	(Cardoso, 1995)
Cabeço da Arruda I	Beta-123363	Mandíbula humana	4370 ± 70 anos BP	3070-2900	3310-2880	(Silva, 1999)
S. Paulo 2	UBAR-629	Osso humano	3960 ± 190 anos BP	2845-2200	2905-1950	(Silva, 2002)
	UBAR-630	Osso humano	$3870 \pm 70 \text{ anos BP}$	2456-2209	2553-2137	(Silva, 2002)
Alapraia 4	Beta 178461	Diáfise de fémur	4110 ± 40 anos BP	2860-2580	2870-2500	(Gonçalves, 2005)
	Beta 178462	Crânio	$3260 \pm 40 \text{ anos BP}$	1540-1500	1620-1440	(Gonçalves, 2005)
S. Pedro do Estoril I	Beta 188390	Tíbia	4720 ± 40 anos BP	3620-3380	3640-3770	(Gonçalves, 2005)
	Beta 178468	Falange da mão com espiral de ouro	3790 ± 40 anos BP	2290-2140	2330-2060	(Gonçalves, 2005)
	Beta 178467	Epífise superior de fémur	3830 ± 40 anos BP	2330-2210	2450-2140	(Gonçalves, 2005)
S. Pedro do Estoril 2	Beta 188389	Epífise proximal de fémur	4090 ± 40 anos BP	2850-2580	2860-2490	(Gonçalves, 2005)
	Beta 178466	Fémur	3850 ± 40 anos BP	2400-2220	2460-2200	(Gonçalves, 2005)
	Beta 178465	Úmero	4090 ± 40 anos BP	2850-2580	2860-2490	(Gonçalves, 2005)

Quadro 2 - Cronologia absoluta das grutas artificiais da Estremadura portuguesa

monumentos de Arles, em França, - sepulturas em corredor escavadas na rocha, cobertas por ortóstatos (Guilaine, 2000: 226) ou sepulturas hipogeicas com corredor dolménico, como Maone-Benetutti (Lilliu, 2000: 19).

Relativamente aos hipogeus a sua origem é, provavelmente poligenética, com dois focos principais, no Mediterrâneo Oriental e Central. As sepulturas hipogeicas, no Levante, começam a ser construídas em meados do 5º milénio A.C., recebendo poucos indivíduos passando, em meados ainda do 4º milénio A.C., a sepulturas destinadas a enterramentos colectivos (Miroschedji, 2000: 48).

A Sardenha foi também palco de um dos focos de génese e de difusão do fenómeno das grutas artificiais. As primeiras manifestações remontam ao Neolítico médio (cultura de Bonuighinu), balizado entre 5200-3800 a.C. (Contu, 2000: 313). As "grotticella a forno", com poço vertical de acesso a uma câmara circular, cuja entrada era fechada com uma laje, destinavam-se a conter um ou dois enterramentos. Aparecem isoladas ou em grupo, chegando a existir necrópoles com mais de cinquenta hipogeus, como Cucurru S'Arriu (Contu, 2000: 341). A partir do chamado horizonte de Ozieri (3800-2900 a.C.), as estruturas complexificam-se, construindo-se monumentos "a scavo orizzontale", com portas visíveis, com corredores de acesso a câmaras que desembocam noutras, formando plantas em "T" ou radiais, como na necrópole de Anghelu Ruju (idem: 313). A arquitectura interior parece reproduzir as casas dos vivos, exibindo colunas, pilares, portas, janelas e até mobiliário. Esta ideia de recriar as habitações como se houvesse a necessidade de perpetuar a vida através dos

objectos que rodeiam e acolhem os mortos é uma hipótese defendida por vários autores e utilizada para interpretar as realidades do Mediterrâneo. Pensamos que esta "humanização" dos recintos funerário, mais do que dotar os indivíduos, na morte, dos seus objectos pessoais e simbólicos, constitui a afirmação da vontade do "Homem" em dominar os espaços da morte. Com a neolitização, foram-se desenvolvendo modos de vida cada vez mais interventivos e condicionantes dos processos naturais, domesticando animais e plantas, complexificando, técnica e mentalmente, estratégias de subsistência. Ao determinar, criando ele próprio os espaços funerários, está a alargar o processo de domesticação ao mundo da morte. As tentativas de reprodução das manifestações materiais da vida nos espaços da morte – evidentes sobretudo em sepulturas hipogeicas – parecem indiciar que o ser humano tenta tomar para si a determinação dessa parte da vida, que é a morte, necessitando, para isso, de construir os espaços em que esta se manifesta. Mais do que uma ideia será, provavelmente, uma acção de "domesticar a morte", estruturando-a.

Em Portugal, "[...] na transição do 4º para o 3º milénio, ou logo no início deste [...]" (Gonçalves, 2005: 78), escavam-se na rocha branda sepulturas, provavelmente logo colectivas, características do Mediterrâneo central e oriental. As datas disponíveis para as grutas artificiais da Estremadura (Quadro 2) apontam para uma contemporaneidade do fenómeno na sua fase de expansão (finais do 4º milénio, inícios do 3º milénio a.C.) encontramos estas formas de enterramento em França,

Espanha e Portugal. Os monumentos da região de Arles (França), colocam o fenómeno do hipogeismo para finais do 4º milénio a.C. (Guillaine, 2000: 235). Em Espanha parece existir a correspondência com o 3º milénio a.C. comparando tipologicamente os materiais das grutas artificiais peninsulares, embora as estruturas verticais de tipo silo pareçam inscrever-se numa tradição cultural mais antiga que remonta ao Neolítico final portanto, finais do 4º milénio a.C. (Muñoz Amilibia, 2000: 173). Em Portugal, excluindo a data mais recente para Alapraia 4 (relativa à ocupação da Idade do Bronze), as restantes apontam seguramente para o 3º milénio a.C., algumas para o início deste. O 3º milénio é o período mais expressivo no que respeita à utilização destes espaços funerários, existindo uma conjugação de datações absolutas juntamente com artefactos cronologicamente bem documentados noutros contextos. Contudo, parece-nos verosímil que os contextos de fundação possam recuar até "aos últimos séculos do 4º milénio e na transição deste para o 3°" (Gonçalves, 2003: 166), principalmente pela presença frequente de espólio de finais do Neolítico (placas de xisto gravadas, alfinetes de cabeça postiça, geométricos, etc.) associado às utilizações mais antigas detectáveis.

Nas ilhas Baleares, sem datações absolutas mas por analogia tipológica, o fenómeno parece ser um pouco mais recente - finais do 3º milénio a.C. (Rosselló Bordoy, 2000: 202).

As datações indiciam um movimento em direcção a Ocidente, que pode partir de um ou mais focos mediterrânicos expandindo-se, aparentemente, de forma rápida e simultânea no final do 4º milénio a.C. Contribuindo para esta ideia encontramos a cronologia das grutas artificiais portuguesas que, mesmo não datando os contextos de fundação e apenas os de utilização, apresenta valores conformes com os monumentos franceses.

Relativamente ao espólio associado a estes espaços não foi possível ainda, para os monumentos portugueses, registar um conjunto proveniente de um contexto seguro atribuível ao momento da sua fundação. Porém, é possível identificar objectos pertencentes a um fundo indígena, como sejam as placas de xisto gravadas, geométricos e lâminas ovóides, machados, enxós e goivas, alfinetes de cabeça postiça, entre outros, e artefactos de fundo mediterrânico - copos e taças canelados e artefactos votivos de calcário. Fazendo parte deste conjunto, e como influência mediterrânica, será também a ideia de concepção destas estruturas funerárias, o seu "plano construtor" (Gonçalves, 1995: 83), num sentido genérico, sofrendo adaptações caso a caso. A ideia difundida contemplaria uma tipologia variada, de uma ou mais câmaras, circulares ou ovaladas, com ou sem corredor, que adopta características regionais próprias, como, por exemplo, a construção das grutas artificiais das Penínsulas de Lisboa e Setúbal, evidenciando câmara com clarabóia e corredor longo e, normalmente, bipartido. Mas todos estes monumentos apresentam uma grande simplicidade formal, comparados com os congéneres do Mediterrâneo, de múltiplas câmaras com uma arquitectura interior bastante complexa.

3. Procurando uma tipologia para as grutas artificiais estremenhas

"Os arqueólogos podem descobrir de muitas maneiras, e de forma sistemática, correlações, associações e diferenças significativas, mas o modelo inferido será mais interessante quanto mais coincidências existam na rede. Dado que a definição deste tipo de modelos estatisticamente significativos depende da própria teoria, requerem-se princípios gerais para os tipos de semelhança e diferença significativas que possam descobrir-se."

lan Hodder, 1988: 151

A chave da ideia de lan Hodder é a "existência de princípios gerais para o tipo de semelhança e diferença" na caracterização de elementos a integrar numa tipologia. No nosso universo de estudo, o trabalho de averiguação desses princípios reveste-se de grandes dificuldades, nomeadamente na identificação dos componentes estruturais das grutas artificiais. Como notou V. Gonçalves, os principais problemas na definição de tipos decorre do "[...] estado de destruição que afecta a esmagadora maioria e [...] a data precoce da escavação de muitas delas." (1992-1994: 34). Outra das dificuldades é a classificação incorrecta de alguns monumentos que foram sendo citados por vários autores ao longo dos anos, aceitando de uma forma acrítica algumas interpretações que reflectem simplesmente o paradigma e o estado da investigação então vigente.

Até à década de 70 do século XIX, as antas eram as únicas estruturas funerárias pré-históricas conhecidas. Com a descoberta dos monumentos de Folha das Barradas e Monge, por Carlos Ribeiro, publicados em 1878 como grutas artificiais, observou-se a existência de outro grupo de monumentos. Entre 1886 e 1891, Estácio da Veiga dá a conhecer outro conjunto de estruturas – grutas e silos escavados na rocha. José Leite de Vasconcelos, numa tentativa de sistematizar o universo conhecido, foi o primeiro a utilizar o termo "gruta semi-artificial" para descrever os monumentos de falsa cúpula de Monge e Arrife (idem, 1897). Com a descoberta de outras estruturas funerárias do mesmo género, generalizou-se o termo tholos e, em Portugal, a designação "gruta semi-artificial" deixou de ser aplicada. No início do século XX, o padre Belchior da Cruz publica as grutas de Palmela (1906) e, com a identificação de Carenque (Heleno, 1933) e Ermegeira (Heleno, 1942), as grutas artificiais ganham importância no panorama das manifestações funerárias do 4° - 3° milénio a.C. Estas últimas são consideradas de imediato grutas artificiais, escavadas na rocha, grupo coeso, ao qual se junta Alapraia (Paço, 1955) e S. Pedro do Estoril (Leisner et al., 1964). Este conjunto de grutas portuguesas das Penínsulas de Lisboa e Setúbal, pela sua coerência arquitectónica, monumentalidade e riqueza de espólio é considerado um dos mais importantes da Península Ibérica. Monumentos como Ermegeira, Cabeço da Arruda, etc., por possuírem um menor potencial de informação, passam para segundo plano na história das estruturas de enterramento pré-históricas, porém integrados na categoria das grutas artificiais.

Utiliza-se exclusivamente o termo gruta artificial, que pode ser "clássica" ou "mal conhecida", não se optando por utilizar expressões como "gruta semi-artificial" ou de "tipo misto". De facto, os dois últimos são conceitos que carecem de definição, sendo por isso de utilização muito subjectiva. O único que foi definido, em Portugal, é o de "gruta artificial" (Gonçalves, 1992; Forenbaher, 1999) ou "hipogeu" (Jorge, 1999).

Em Espanha, o termo "gruta semi-artificial" é generalizado a partir do final do século XIX, desde que Leite de Vasconcelos o utilizou, embora tenha sofrido uma evolução, passando a designar as grutas artificiais com construções pétreas. B. Berdichewsky, em 1964, elabora uma tipologia das grutas artificiais peninsulares, distinguindo um grupo de grutas semi-artificiais – "I.Sepulturas subterrâneas com revestimentos megalíticos" e "2. Abrigos rochosos com lajes megalíticas" (idem: 166). Esta designação foi utilizada por R. Cruz-Auñon, numa sistematização sobre a arquitectura das estruturas sepulcrais da Andaluzia, na qual distingue quatro grupos sendo o terceiro, "grutas semi-artificiais", monumentos entre a gruta natural e a construção pétrea (Cruz-Auñon, 1983-1984: 3). Mais tarde, E. Rivero Galán, publica Análisis de las cuevas artificiales de Andalucía y Portugal (1988), aplicando o mesmo conceito no Tipo III da sua tipologia (idem: 31)1. Encontramos variados

exemplos na bibliografia espanhola da utilização corrente do termo "gruta semi-artificial", por exemplo, para a estrutura 6 do Cerro de las Aguilillas (Ramos Muñoz et al., 1994: 359).

O problema mais complexo que encontrámos nas atribuições tipológicas é a aceitação de que alguns monumentos, por serem mal conhecidos - ou por que foram escavados mas não publicados, ou por que foram destruídos - não nos permitem, com os dados que temos, avançar uma designação mais precisa, enquadrando-se numa categoria genérica de grutas artificiais, cujo traço familiar comum é o de serem escavadas na rocha. Estes factos geraram classificações imprecisas que nunca foram objecto de uma reavaliação.

Assumiram-se como exclusivas as duas categorias definidas por V. Gonçalves (1992): as grutas artificiais tipo coelheira, típicas da Península de Lisboa e Setúbal; e as grutas de tipo poço, com acesso vertical, frequentes no Sul de Espanha, estendendo-se geograficamente para o Algarve, segundo os registos efectuados por Estácio da Veiga (1886-1891). O primeiro grupo de monumentos é o único que, segundo o autor citado, se reveste de grande homogeneidade, sendo por isso mais fácil a sua caracterização (idem, 1995:107). Os restantes monumentos, menos bem conhecidos, são colocados numa categoria de "miscelânea" sendo, por isso, considerados, no universo das grutas artificiais portuguesas, casos excêntricos, atípicos ou tardios. Porém, fazendo uma primeira análise aos dados que possuímos, notamos de imediato que existem diferenças substanciais na qualidade da informação, o que permite desde logo hierarquizar os sítios consoante a sua capacidade para enriquecer o nosso conhecimento acerca deste fenómeno.

Esta primeira etapa, de crítica de fontes, revelou-se fundamental para conseguir construir os dados que, como sabemos, não existem por si só. Aliás, como pensamos que nada nos é dado primordialmente, que os dados não existem a priori e têm de ser construídos para serem significativos (Ricoeur, 1981).

Há sítios sobre os quais existe bastante informação, mas não trabalhada de modo a permitir produzir um texto sobre o passado. É o caso da Quinta das Lapas I e II, sobre as quais temos a descrição do espólio exumado, infelizmente sem contexto, e uma sumária descrição das cavidades. Muitas vezes, como se privilegia o espólio em detrimento das estruturas, principalmente quando se trata de necrópoles, temos publicações em

¹O que estamos exclusivamente a considerar é a utilização do conceito em si e não a sua aplicação, com mais ou menos propriedade.

que se descrevem exaustivamente materiais arqueológicos, normalmente isolados do seu contexto (perdido quando os objectos foram recolhidos sem registo!), cuja informação contextual é praticamente nula.

Sistematicamente as estruturas sepulcrais foram colocadas num plano secundário. Veja-se o exemplo de Capuchos II, na qual foi recolhido muito pouco espólio, figurando no panorama das grutas artificiais como mais um ponto na Península de Setúbal (Gonçalves, 1992: 177; Soares, 2003: 170).

Estes sítios tornam-se limitados em termos de objecto de estudo se não forem alvo de uma reavaliação. Se tomarmos em consideração as grutas de Ribeira de Crastos, verificamos que na sua primeira publicação apenas foi valorizado o espólio (aliás, o autor nunca chegou a conhecer as cavidades), ficando por perceber a real natureza das estruturas. E também aqui detectámos informação com valor potencial para contribuir para a complexificação deste fenómeno do 4° - 3° milénio a.C.

A primeira tarefa consistiu então em organizar o nosso universo de estudo, seleccionando o tipo de informação que possuíamos sobre os monumentos.

Tomámos em consideração a categoria "outros", a partir dos quais foi possível determinar qual era de facto o nosso universo possível de estudo, e conseguimos definir cinco casos de grutas artificiais:

Destruído; referido na bibliografia como gruta artificial: Pernes (Ferreira, 1966; Ferreira, 1970), Monte do Castelo (Cardoso et al., 1991; Cardoso et al., 1996), ou publicado como gruta semi-artificial, Verdelha dos Ruivos (Zbyzsewski, et al., 1976).

Existente, mas praticamente impossível de caracterizar; referido na bibliografia como gruta artificial ou publicado preliminarmente: Ermegeira (Heleno, 1933), Bolores (Zilhão, 1986).

Existente; referido na bibliografia com imprecisão: Ribeira de Crastos I e 2 (Ferreira, 1977), Capuchos 2 (Ferreira, 1966; Silva e Soares, 1986; Soares, 2003), Casal da Lapa (Freitas, 1959), Ribeira Branca (Jalhay et al., 1941; Leisner, 1965).

Existente; publicado: Câmara Ocidental da Praia das Maçãs (Leisner et al., 1969; Gonçalves, 1979; Gonçalves, 1982-1983), Quinta das Lapas (Gonçalves, 1992).

O grupo a) é constituído pelos sítios cujas informações estão cingidas à bibliografia e sobre os quais os registos são escassos (respectivamente, uma fotografia e um esquiço de Verdelha dos Ruivos e Samarra). Trata-se de um grupo relativamente pouco importante de forma a servir de base para uma tipologia.

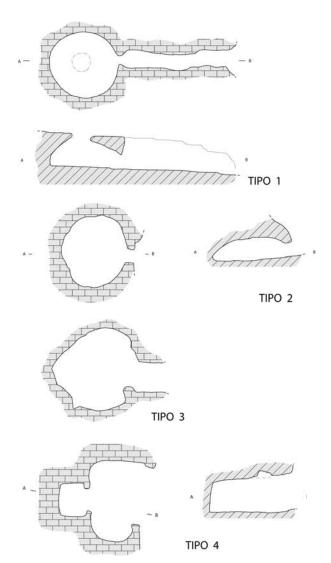


Fig. I - Quatro tipos de grutas artificiais: tipo 1, 2, 3 e 4

As grutas inseridas nas categorias b), c) e d) constituem o grosso dos sítios passíveis de reavaliação. Ao iniciar este processo tornou-se para nós insuficiente a utilização do conceito de gruta artificial tal como havia sido definido anteriormente. Será necessário, primeiramente, encontrar as características comuns que nos permitem identificar uma gruta artificial. Tomando em consideração o conceito de V. Gonçalves, ele é aplicado exclusivamente às grutas de "tipo coelheira", com corredores longos e sinuosos. Já S. Forenbaher começa por definir o conceito por "collective burial monuments excavated out of bedrock [...]" (idem: 67). Acrescentaríamos - tendo como elementos fundamentais uma câmara e o seu acesso. A primeira é geralmente de tendência circular, cuja entrada seria fechada com uma laje. As grutas artificiais podem apresentar também elementos acessórios, tal como clarabóia, antecâmaras, átrios e ainda nichos, degraus e bancadas. O essencial é escavar uma câmara

na rocha, na medida em que é o elemento comum a todos os monumentos.

Porém, o nosso universo não se resume a monumentos deste tipo. Impôs-se a necessidade de definir com propriedade o conceito de "gruta semi-artificial", e de "monumento de técnica mista" para podermos utilizar a mesma linguagem.

Assim, uma gruta semi-artificial é um monumento funerário colectivo constituído por uma câmara de tendência circular escavada na rocha, que pressupõe a existência prévia de uma pequena cavidade natural ou diaclase que, posteriormente, é afeiçoada.

Parece-nos de extrema importância associar de modo intrínseco o monumento à sua técnica e agente de construção. Uma gruta natural é exclusivamente criada por agentes naturais. Uma gruta artificial, pelo contrário, é uma arquitectura antrópica. Há estruturas que são iniciadas pela Natureza e tornados monumentos funerários pelo Homem, que continua o trabalho de escavar a rocha – é uma gruta semi-artificial.

Quando a gruta escavada também é construída, com lajes ou ortóstatos, forma-se um monumento constituído por estruturas negativas e positivas, isto é, o mesmo agente utiliza duas técnicas distintas. Consideramos este tipo um monumento de técnica mista, denominado "hipogeu dolménico" por M. Hoskins (2001:140) – construção que materializa duas influências distintas, neste caso, no modo de construir uma sepultura. Podemos referir como exemplo Pego Longo (Sintra), sepultura rectangular escavada na rocha coberta por grandes lajes (Ribeiro, 1880).

Assumindo como característica dominante a morfologia podemos definir quatro tipos de grutas artificiais (fig . I):

Tipo I – Câmara com clarabóia e corredor

Tipo 2 – Câmara única

Tipo 3 – Câmara e corredor

Tipo 4 – Duas câmaras

Ao Tipo I pertencem as chamadas grutas "clássicas" ou de "tipo coelheira" (Gonçalves, 1995) que se distinguem das outras grutas artificiais por ostentarem um conjunto de características que lhes conferem grande homogeneidade: como se perseguissem a ideia de um "plano construtor" (idem: 83), possuem uma câmara circular ou sub-circular, de tecto abobadado, e um corredor, com ou sem estrangulamentos, distinguindo-se pela exibição de uma clarabóia, elemento característico destas estruturas. O tipo de rocha seleccionado para a sua construção é, recorrentemente, um calcário mais puro,

Grutas artificiais	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4
Ribeira Branca 1				
Ribeira de Crastos 1				
Ribeira de Crastos 2				
Quinta das Lapas 1				
Quinta das Lapas 2				
Casal da Lapa				
Ermegeira				
Câmara Ocidental da Praia das Maçãs				
Carenque 1				
Carenque 2				
Carenque 3				
Alapraia 1				
Alapraia 2				
Alapraia 3				
Alapraia 4				
S. Pedro do Estoril 1				
S. Pedro do Estoril 2				
S. Paulo 2				
Palmela 1				
Palmela 2				
Palmela 3				
Palmela 4				
Capuchos 2				

Quadro 3 – Tipologia das grutas artificiais da Estremadura portuguesa

compacto e homogéneo (considerando o restante universo de monumentos), sob a forma de afloramentos aplanados ou bancadas pouco elevadas. Em grande parte devido ao tipo de rocha, são os monumentos que apresentam o melhor grau de conservação. Como resultado final podemos observar as grutas artificiais portuguesas de melhor qualidade em termos de construção. Não foram registadas grutas semi-artificiais de Tipo I.

O Tipo 2 representa o outro grande conjunto de grutas artificiais estremenhas: câmara única, sem corredor. Morfologicamente, é de tendência circular, por vezes irregular. Pelo facto de este tipo de cavidades se encontrar com frequência em reduzido estado de conservação, não é possível definir uma regularidade para a forma das entradas. A impossibilidade de construir acessos na forma de clarabóia e corredor e a ausência de construções dolménicas (como elementos pétreos ou negativos dos mesmos) reduzem substancialmente as probabilidades da sua existência. O tipo 2 está associado, em termos de relevo, a encostas ou bancadas elevadas, preferencialmente constituídas por rochas brandas - arenitos, calcários margosos, etc. Existem grutas artificiais e semi-artificiais de Tipo 2.

O terceiro tipo define-se como uma estrutura constituída por uma câmara de planta circular e um corredor. Difere do Tipo I, essencialmente, pela ausência de clarabóia e pela manifesta irregularidade do conjunto sepulcral, nomeadamente o tecto da câmara, não abobadada, e o corredor, escavado na rocha.

O quarto tipo de grutas artificiais foi definido a partir de Ribeira Branca I: estrutura formada por duas câmaras, uma de tendência ovalada/rectangular, a outra quadrangular. Este é um caso único no conjunto das grutas artificiais portuguesas (quadro 3).

4. A morfologia do terreno e a matéria-prima

Em 1897, José Leite Vasconcelos observava "Naquelles pontos em que a fragilidade do terreno permittia que este fosse escavado com instrumentos de que se podia dispor na idade da pedra, ou no princípio da seguinte, o homem abriu grutas artificeaes, à maneira das naturaes." (p.227).

Subjacente às diferenças morfológicas entre estes dois tipos de grutas há duas características naturais que podem ter sido procuradas, ou simplesmente aceites, como uma imposição da natureza, mas que em qualquer um dos casos nos ajudam a compreender

> diferentes opções arquitectónicas dos seus construtores: são elas a

Ribeira Branca 1 Ribeira de Crastos 1 e 2

Casal da Lapa

Ermegeira

Quinta das Lapas 1 e 2

Sítios

morfologia do terreno e a matéria-prima.

Relativamente à primeira, podemos dizer que as grutas artificiais estudadas estão implantadas em quatro formas diferentes de relevo: afloramentos aplanados, bancadas baixas, bancadas altas e encostas (fig.2).

Verifica-se que existe uma tendência para cada topografia de afloramento corresponder com um dos tipos de grutas anteriormente definidos (quadro 4). Ou seja, as grutas do género clássico foram escavadas no topo de um afloramento aplanado, como as grutas 2 e 3 de Carenque ou na bordadura de uma bancada rochosa pouco elevada, como Carenque I ou Palmela I, em contrapartida, as grutas de câmara única foram quase sempre escavadas a partir de uma parede rochosa aproveitando uma encosta, como é o caso da Gruta 2 dos Capuchos ou na extremidade de uma bancada elevada as Grutas da Quinta das Lapas (até ao momento não se conhecem grutas artificiais na Estremadura com um corredor longo feitas a partir de uma parede rochosa). Mas se as grutas de câmara única poderiam ter sido feitas em topos aplanados ou bancadas pouco elevadas sem dificuldade, o mesmo não se pode dizer da construção em paredes rochosas de grutas do tipo clássico, constituídas por antecâmaras e corredores, alguns deles longos (Alapraia I chega a atingir 13,5m). Estes são em grande parte a céu aberto, sem tecto rochoso, muito provavelmente para facilitar o seu processo de escavação, uma vez que fazê-los integralmente no interior da rocha dificultaria bastante mais a tarefa. Numa área plana a superfície exposta a desbastar

Bancada

haixa

Bancada

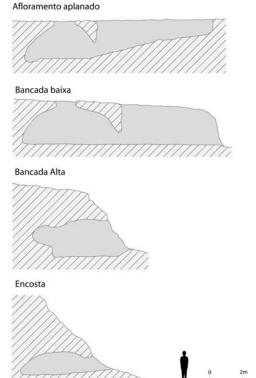
0

0

alta

Encosta

0



1			_
Cabeço da Arruda			0
Praia das Maçãs		Δ	
Carenque 1		•	
Carenque 2 e 3	•		
Alapraia 1 e 2		•	
Alapraia 3 e 4	•		
S. Pedro do Estoril 1 e 2	-	0	
S. Paulo 2		Λ	
Palmela 1, 3 e 4		•	
Palmela 2	•		
Capuchos 2			

Afloramento

anlanado

Fig.2– Implantação das grutas artificiais no relevo

Quadro 4 – Tipos de grutas artificiais segundo a morfologia do terreno

é superior, o que permite que vários construtores o façam em simultâneo, possibilitando uma maior amplitude de movimentos e melhores ângulos de ataque da rocha ao trabalhar com um percutor de forma directa ou indirecta.

No mesmo sentido as clarabóias teriam, para além de outros significados e funcionalidades, simplificado a construção da câmara, constituindo uma segunda frente do trabalho (a primeira seria a partir da entrada ao nível de base da câmara) que posteriormente encontraria a outra e então alargar-se-ia a câmara. Estes elementos arquitectónicos só seriam exequíveis em monumentos feitos em afloramentos planos ou em bancadas pouco elevadas devido à necessária proximidade que abóbada tinha de estar da superfície. Acrescente-se que se a clarabóia fosse a última a ser feita haveria eventualmente algum risco da abóbada abater.

Para além dos condicionalismos morfológicos dos afloramentos, outros factores teriam pesado na decisão de escolher um local para construir uma gruta artificial, nomeadamente, o tipo e as características estruturais das rochas.

Os granitos e xistos, principal matéria-prima para a construção de monumentos funerários do 3º e 4º milénio, em grande parte da Estremadura portuguesa são inexistentes e esta terá sido uma das razões que favoreceu o aparecimento de outras soluções arquitectónicas exequíveis noutras matérias-primas, nomeadamente em rochas sedimentares que aqui abundam. A estrutura e composição destas rochas favorecem o trabalho de corte e desbaste, permitindo fazer aquilo a que designamos por estruturas negativas.

Deste modo, as rochas que servem de suporte para construção das grutas artificiais nesta região são sedimentares2. Destas, os arenitos e conglomerados, parecem ter sido as menos usadas, porém esta conclusão poderá ser falsa na medida em que são também, normalmente, as mais vulneráveis à erosão. Observámos inúmeros afloramentos de "grés" na zona de Torres Vedras que poderiam ter sido potenciais grutas artificiais, no entanto a falta de um espólio arqueológico associado e a erosão da sua possível forma original, quer pela acção dos agentes naturais, quer pela acção do homem, que em tempos históricos usou estes espaços como "minas de sarrisca"3, não nos autorizam a considerar estes vestígios como verdadeiros. A própria gruta da Ermegeira, tal como existe, teria sido excluída da nossa lista se não tivéssemos conhecimento da sua publicação e de uma testemunha que nos indicasse o local exacto.

É no diversificado grupo do calcário que encontramos a maior parte das construções que estudamos, cujos exemplares observados são, geralmente, de dureza superior, resistindo melhor aos agentes erosivos. Consequentemente, as grutas artificiais que nelas são feitas chegaram até nós em maior número e em melhor estado de conservação.

Estas rochas, maioritariamente, possuem uma estrutura estratificada constituída por estratos e juntas de estratificação. Será através destas fissuras e discontinuidades que a água irá preferencialmente infiltrar-se e actuar mecânica e quimicamente, fragilizando a rocha, gerando fissuras e diaclases. Estes aspectos são fundamentais para compreendermos o comportamento destas rochas face à erosão natural e antrópica.

Observamos que alguns dos monumentos estão implantados exactamente no sítio onde essas discontinuidades existem levando-nos a concluir que provavelmente estas eram escolhidas para facilitar o processo de escavação das grutas. Este facto poderia ter sido um dos critérios de escolha do local exacto da construção. Neste sentido, da cuidada observação dos afloramentos rochosos seriam escolhidos aqueles que apresentassem características que simplificassem o início e o decurso da escavação. Quanto maior fosse essa fractura mais facilitado o trabalho, contudo o seu tamanho exagerado poderia condicionar a arquitectura da gruta.

Este aspecto é particularmente visível nas grutas semi-artificiais. Por vezes estas discontinuidades da rocha estão tão vincadas que obrigam os construtores a distanciarem-se do modelo de câmara sub-circular. Ribeira de Crastos 2 é um bom exemplo disto. Aqui houve um aproveitamento de uma diaclase que foi alargada de forma a criar uma câmara ficando parte do tecto e parede com a textura natural da rocha. Ao fundo da gruta esta diaclase prolonga-se indefinidamente para o interior.

Uma outra forma de aproveitamento é a escolha de uma rocha que possua estratos diferenciados quanto à coesão dos seus elementos constituintes de maneira a que os superiores sejam mais competentes e os inferiores mais frágeis. Nestas camadas mais macias são

² Ou seja, aquelas que se formaram "à superfície da Terra por acumulação de produtos da desagregação de rochas preexistentes, de restos de seres vivos, ou ainda por precipitação química." (Costa, 2001:21).

³ Um exemplo desta realidade é o sítio do Barqueiro no concelho de Sobral de Monte Agraço onde uma possível gruta artificial foi usada para exploração de sarrisca e posteriormente adaptada como estábulo, não existindo ali nada actualmente que nos leve a ter certeza da existência de uma necrópole.

escavadas as câmaras e as outras mais duras e compactas são deixadas em bruto servindo de tecto. Como consequência, muito provavelmente o tecto não teria uma forma abobadada mas manteria a inclinação da camada e a textura natural sem intervenção. Este parece ser o caso que observamos na câmara ocidental da Praia das Maçãs ou em S. Pedro do Estoril 14.

Será esta opção de técnica construtiva – aproveitar os estratos superiores da rocha como tecto - que em alguns casos levaria ao rebaixamento da câmara e/ou corredor em relação ao nível exterior de forma a aumentar a altura interior do monumento. Assim toda a construção destas estruturas está condicionada pelo aproveitamento do estrato superior da rocha. Na prática há uma imitação do processo de formação de uma pala ou abrigo natural onde as camadas mais frágeis são erodidas, mas procurando uma planta de tendência circular. Acrescente-se que esta acção fragilizaria bastante estas grutas ao ponto de não se ter conservado integralmente nenhum destes tectos formados pela camada mais rígida e compacta que ficaria em suspenso e mal apoiada nas camadas pouco consolidadas das paredes da câmara, mais frágeis e sensíveis à erosão natural.

Esta terá sido uma das formas de construir grutas artificiais, tirando partido das características naturais da rocha que, necessariamente condicionaria a arquitectura, pois nestes casos a construção de uma câmara com tecto abobadado e clarabóia ficaria comprometida.

O facto de constatarmos de maneira recorrente uma estratégia oportunista no aproveitamento da rocha leva-nos a considerar que este facto é uma prática comum e que, provavelmente, os construtores procurariam diaclases e pequenas fissuras no afloramento rochoso para facilitar a escavação destas estruturas. Neste sentido estas "imperfeições da rocha", não sendo condição sine qua non para escavar grutas, constituiriam uma ajuda que não se desdenharia e até se podia procurar.

Em síntese, observamos que há diferentes formas de aproveitamento das rochas que dependem da existência de fissuras e diaclases; de pequenas cavidades naturais, por exemplo, em S. Paulo I; e ainda da presença de camadas com distintos graus de dureza. Estes factos denunciam o recurso a uma estratégia de procura

⁴ Sem possibilidade de confirmação o mal conhecido monumento feito na escarpa da praia da Samarra, hoje desaparecido, também poderia ter sido feito com esta técnica.

de pequenos "esboços naturais" para iniciar a escavação. Será legítimo pensar que algumas grutas artificiais possam ter começado a ser construídas a partir destes esboços, e com a conclusão da escavação se tenham tornado irreconhecíveis.

5. Inventário das grutas artificiais da Estremadura portuguesa

Apresentamos a descrição de cada sítio referindo, sempre que possível, uma breve história do monumento, sua localização, implantação, orientação, matériaprima, medidas das cavidades, tipologia e, sempre que se considere pertinente, leituras críticas e reinterpretações⁵. A sequência de apresentação será de norte para sul.

Ribeira Branca I

No interior da localidade de Ribeira Branca (Torres Novas), existiam duas grutas artificiais, sendo que uma delas, Ribeira Branca 2, em meados do século XX, já estava destruída. Foram identificadas por M. Vaultier, G. Zbyzsewski, E. Jalhay e Afonso do Paço em 1940, aquando de uma visita ao local. Os autores referem também que "numa delas nota-se ainda a parte abobadada [...] Noutra foi encontrada há tempo um dos chamados ídolos cilíndricos, semelhantes aos nossos de Alapraia." (Jalhay et al., 1941: 112). Este artefacto recolhido pelo Sr. Romão de Matos, proprietário do terreno e colector dos Serviços Geológicos, constitui o único objecto proveniente da necrópole, divulgado por V. Leisner em 1965.

A gruta que subsiste é escavada numa bancada de "Tufos calcários de Ribeira Branca" (Manuppella et al., 1999c), quaternários, e localiza-se sobranceira ao vale do rio Almonda, orientando-se para NNO.

A gruta I foi descrita por V. Leisner sem grande pormenor, mas o suficiente para destacar a existência



As plantas de Ribeira Branca I, Ribeira de crastos I e 2, Casal da Lapa e Capuchos 2 são inéditas e da autoria dos signatários. As restantes foram redesenhadas a partir de bibliografía e notas de campo.

de duas câmaras, uma delas de planta quadrangular (idem, 1965: 276) (fig. 3).

Este é o monumento mais curioso, em termos de forma, registado em Portugal. A arquitectura de duas câmaras, uma delas cubicular, confere-lhe uma originalidade com paralelos, em época pré-histórica, fora da Península Ibérica. Passando à descrição, a gruta de Ribeira Branca I está, de um modo geral, em bom estado de conservação. Apenas o acesso à mesma se encontra danificado, tendo certamente contribuído para o facto a construção de um alicerce de betão que se encontra adossada à entrada. O grau de afectação torna imper-

ceptível a forma original da entrada do monumento. Quanto à primeira câmara, se a dividirmos através de um eixo norte-sul, no lado nascente a forma é ovalada, a poente é sub-rectangular. Podemos dizer que apresenta uma planta sub-rectangular com um eixo máximo de 4,52m por cerca de 2,40m e 1,90m de altura máxima. Esta cavidade comunica com a segunda através de uma abertura com 1,40m de largura máxima, e 70cm, no topo, de recorte rectangular cuja base, mais larga, evidencia sinais de algum desgaste. A outra câmara, mais pequena, tem uma forma quadrangular, com 1,80mx1,70m e 1,80m de altura; possui uma pequena cavidade 25cmx30cm, provavelmente natural, que se prolonga para o interior do afloramento. O acesso a esta câmara não possui qualquer rebaixamento (fig. 4).

A forma cubicular da cavidade menor, de paredes direitas, e o facto da abertura para a mesma apresentar um recorte rectilíneo são elementos que, conjugados, permitem colocar a hipótese de estarmos perante uma segunda fase de construção, em época histórica. Por exemplo, a tendência para se construírem câmaras não circulares manifesta-se bastante no período medieval espanhol, mas com outro tipo de funcionalidade (Monreal Jimeno, 1989). Por outro lado, atendendo aos monumentos da Estremadura, estas características são únicas dado que as formas das câmaras são tendencialmente circulares, de tecto abobadado, geralmente mais baixo, por vezes insuficiente para se entrar numa posição erecta. Inicialmente, poderia ter sido escavada uma câmara única, de planta ovalada ou mesmo sub-rectangular,

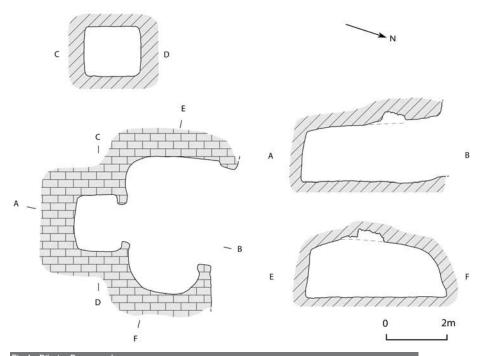


Fig 4 - Ribeira Branca : planta e cortes

destinada a acolher enterramentos. Num segundo momento, ter-se-ia escavado a segunda câmara e, eventualmente, regularizado a primeira, tornando-a mais rectilínea. Os "reutilizadores" poderiam ter esvaziado o conteúdo da gruta, à semelhança de outros sepulcros. Note-se que o único objecto recolhido é o betilo de calcário. Admitimos que a construção, pelo menos da câmara maior, remonte à Pré-história. Não sendo de excluir a possibilidade, bastante provável, de todo o monumento ter sido construído obedecendo à forma que hoje conhecemos.

Em termos formais, Ribeira Branca I é semelhante ao monumento II de Mournouards (Marne), constituído por duas câmaras, ambas de planta sub-rectangular, assimétricas, de paredes direitas. O hipogeu francês tem uma altura máxima de 1,15m. Esta gruta continha um contexto funerário conservado, atribuível ao início do 3º milénio. Foi considerado « [...] une variation originale et d'excellente qualité sur un théme classique. » (Leroi-Gourhan et al. 1962: 30).

Ribeira de Crastos

As grutas artificiais de Ribeira de Crastos situam-se na localidade com o mesmo nome, na vertente Sul do vale da Ribeira de Crastos, freguesia de Vidais (Caldas da Rainha). Do ponto de vista geológico integram-se no complexo de grés superiores do Jurássico (Zbyszewski; Almeida, 1960: 20): as grutas I e 2 são escavadas num calcarenito, embora a segunda gruta corte também um estrato margoso, subjacente ao primeiro. Ambas têm a entrada orientada a Nordeste.

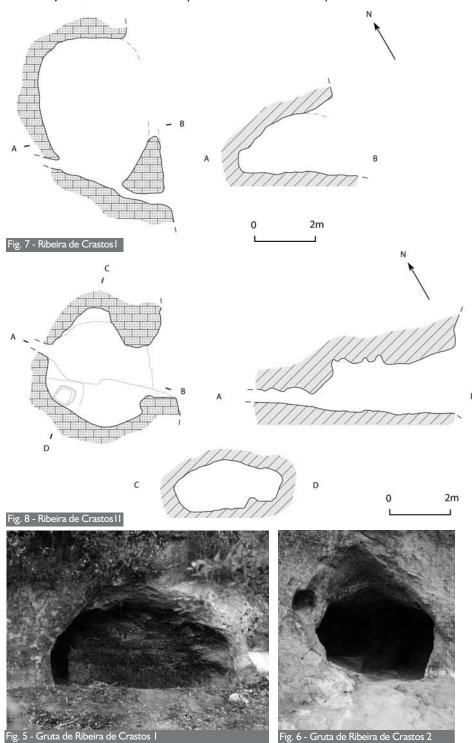
Escavadas por Manuel Heleno nos anos 40 do século XX, o seu espólio foi posteriormente publicado por O. da Veiga Ferreira, que assinala a sua proveniência como sendo de "grutas" (idem, 1977).

A partir do espólio exumado, sem registo do seu contexto, podemos identificar um conjunto, associado

a uma fase de ocupação campaniforme, е outro, talvez mais antigo, mas cuja atribuição segura a um período é bem mais complexa devido às longas diacronias dos materiais (Jordão e Mendes, 2000). Apontamos para uma ocupação ao longo do 3º milénio a.C.

A gruta I (fig. 5) é constituída por uma câmara tendencialmente ovalada, tem 2mx4,25m e uma altura máxima de 2m. Possui uma diaclase, lateral à câmara, que se desenvolve para o interior do afloramento, de altura e largura médias, respectivamente, de 0,30m e 1,20m. Poderá ter sido utilizada como corredor de acesso, apesar da reduzida largura inicial. Actualmente a parede Nordeste está destruída, conferindo-lhe aspecto de abrigo sob rocha, porém, é plausível que aqui tivesse sido feita também uma entrada, da qual não restam vestígios. Este acesso teria facilitado a escavação da câmara bem como a sua utilização. Se admitirmos o corredor como única entrada - lateral e natural - este seria um caso atípico nas grutas artificiais estremenhas (fig. 7).

A segunda cavidade (fig. 6) é contígua à primeira, composta por uma câmara mais pequena, com 1,80mx4m. A planta é de tendência circular, mas irregular. Ostenta dois "nichos" naturais à direita da entrada. Desenvolve-se para Oeste, estreitando abruptamente em relação ao resto da câmara, prolongando-se por mais 5m, perdendo-se esta diáclase para o interior do aflora-



mento. Apresenta um pequeno nicho, com 35cmx25cm; uma pequena cavidade no rodapé norte e, por último, uma concavidade hemisférica (50cm de diâmetro por 15cm de profundidade) escavada numa pequena bancada,(fig. 9). O chão é escavado na rocha, uma marga, camada estratigraficamente inferior à de calcarenito, e mais branda, rebaixada cerca de 80 cm relativamente à entrada. O tecto não apresenta traços de acção antrópica, ao invés, a parede Sul, foi afeicoada de forma a formar um declive suave até ao chão (fig. 8).

Ambas as grutas foram escavadas a partir de uma sugestão natural. A câmara da gruta I foi construída provavelmente a partir da diáclase/corredor. No caso da gruta 2, essa sugestão foi bem mais evidente, existindo mesmo uma cavidade natural, bastante irregular, alvo de afeiçoamentos em zonas particulares: o chão, a parede Sul, dois nichos e uma cavidade em bancada. Esta característica semi-artificial foi notada por Manuel Heleno, que lhe parecia " [...] ter sido feita numa lapa natural e afeiçoada pelo homem." (Cadernos de Manuel Heleno, 1952 nº 8). Relativamente à arquitectura interior, destacamos a depressão hemisférica na bancada, dado que continha " [...] um vaso, uma faca que se partiu em três fragmentos e uma ponta de seta." (idem)(fig.9). A associação dos artefactos à estrutura parece evidente, apesar de não haver qualquer registo gráfico. A corroborar esta ideia temos a confirmação oral do colaborador de Manuel Heleno, o Sr. João "Moleiro", que retirou depósitos que selavam os artefactos. Ao contrário dos nichos, frequentes nos monumentos espanhóis e, sobretudo, mediterrânicos, as bancadas (receptáculos de oferendas) não são tão comuns. Existem em Palmela 4 (Soares, 2003: 60) e na Sardenha, em hipogeus do Vale do Tirso (Depalmas, 1994) ou no território de Florinas (Melis, 1994).



Pernes

Este é talvez o sítio sobre o qual possuímos menor volume de informação. Foi referido pela primeira vez por V. Ferreira "uma gruta junto à ribeira de Pernes, 600m abaixo de Pernes" (idem, 1966: 64). Porém, o próprio, quando publica os materiais de Quinta das Lapas, faz uma breve alusão às de Pernes, por serem as que mais se assemelham às de Monte Redondo, e "que hoje desapareceram completamente" (idem, 1970: 4). Não sabemos, portanto, se existiria um ou mais monumentos mas presumimos que a sua tipologia seria idêntica à de Quinta das Lapas. Em termos geológicos, esta zona é de "tufos calcários quaternários dos rios Alviela e Almonda" (Zbyszewski et al., 1974: 36), a mesma matéria-prima utilizada para a construção das grutas de Ribeira Branca.

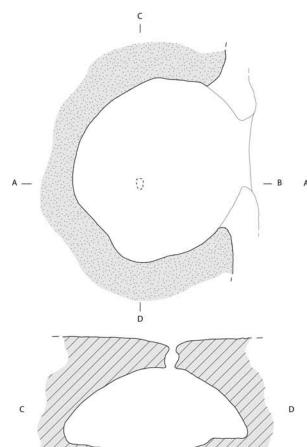
Casal da Lapa

Descrita sumariamente por M. Heleno nos seus cadernos de campo (Gruta artificial do Casal da Lapa, Torres Vedras, s.d.), foi posteriormente referida por Cândido de Freitas na sua tese de licenciatura em 1959, subordinada ao tema "A Arqueologia do concelho de Torres Vedras", segundo a qual teria sido Leonel Trindade, em 1947, o ilustre descobridor. Sabemos que há uma notícia de jornal datada de 22-11-1941 com uma fotografia da gruta do Casal da Lapa, recortada e colada nos Cadernos de Heleno (fig I I). Portanto ela existe para a comunidade, pelo menos, desde 1941. Cândido de Freitas informa ainda que a cavidade já não continha qualquer espólio, embora houvesse rumores da possibilidade de haver vestígios de ocupação. Depois desta houve outras vagas e pontuais referências a uma gruta no Casal da Lapa, nunca se chegando a apresentar qualquer descrição ou imagem da mesma.

Localiza-se na freguesia de A-dos-Cunhados (Torres Vedras), a Sul da Ribeira de Alcabrichel. Geologicamente, numa pequena encosta de arenito, integrada na formação de "grés, margas, argilas e conglomerados do Bombarral" (Manuppella et al., 1999a: 75), virada a Nascente.

A sua existência foi confirmada por nós próprios, que em 2002 tivemos oportunidade de visitar o local, juntamente com Emanuel Carvalho. Actualmente a cavidade encontra-se permanentemente inundada devido a um canal de uso agrícola que passa junto à entrada. Este facto dificultou a tarefa do seu levantamento.

Trata-se de uma gruta escavada na rocha, constituída por uma câmara de planta sub-circular, ao nível



da base, com cerca de 6mx5,80m. A probabilidade de não existir um corredor é elevada, quer pelo facto de o limite do afloramento ser junto à entrada, quer pelos paralelos arquitectónicos que existem na região. Corredor, a existir, teria que ser construído, não existindo vestígios do mesmo. O tecto abobadado apresenta uma pequena abertura que comunica com o exterior, apenas semelhante na sua localização às clarabóias das grutas da Península de Lisboa e Setúbal. Porém, o orifício parece natural e é bastante irregular e estrangulado, com larguras que variam entre os 15cm e os 40 cm. Não nos parece defensável a classificação como clarabóia, (fig 10).



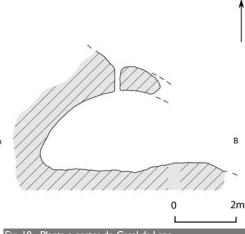


Fig. 10 - Planta e cortes do Casal da Lapa

Nesta gruta as paredes internas apresentam os característicos sulcos do trabalho antrópico de "picagem" da superfície, igualmente observados por Manuel Heleno.

Em termos tipológicos, assemelha-se à gruta da Ermegeira – Tipo 2 – constituída por uma câmara de construção artificial, sem corredor.

Quinta da Lapas I e 2

Escavadas nos anos 30 do século XX por M. Heleno, as grutas de Quinta das Lapas permaneceram inéditas até à publicação do seu espólio por V. Ferreira nos anos 70. Em 1992, J. Ludgero Gonçalves estuda e publica integralmente os artefactos, propondo uma cronologia desde o Calcolítico ao Bronze.

Localizam-se no concelho de Torres Vedras, freguesia de Monte Redondo, em frente à Quinta das Lapas. Foram escavadas numa pequena elevação de arenito, chamado também "Grés de Torres". Ambas as aberturas estão viradas a Noroeste.

Quinta das Lapas I, contígua à gruta 2, apresenta uma câmara de planta ovalada, com cerca de 4,20mx2,50m e 2,10m de altura, ostentando um pequeno constrangimento no acesso à mesma. A cota do chão é mais baixa relativamente à cota da entrada(fig. 12 e 14).

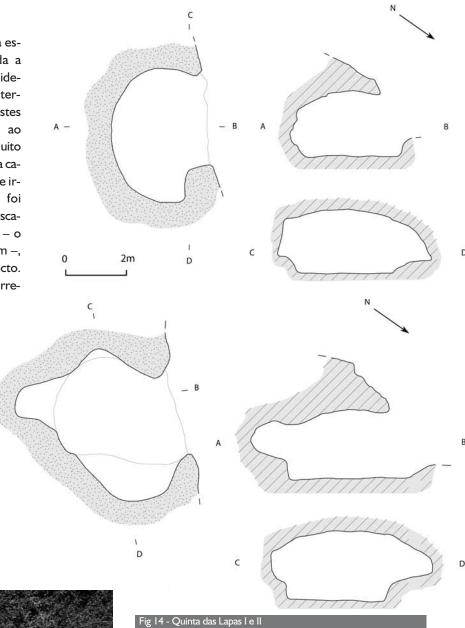
Esta cavidade é mais regular do que a gruta 2, evidenciando-se aqui o trabalho antrópico. Podemos supor, à semelhança da segunda, que teria existido uma forma natural, posteriormente afeiçoada, porém, não existem provas físicas suficientes para sustentar esta afirmação.

A gruta 2 de Quinta das Lapas é constituída por uma câmara tendencialmente circular na sua base, com 3,20mx4m e 2,20m de altura; a cerca de 40 cm do chão, as paredes apresentam três concavidades, respectivamente, de sul para norte, de 3,20mx1,60m, 1,60mx1,55m e 1,60mx0,60m, traçando neste nível uma planta bastante mais irregular, (fig.13 e 14).

A gruta já não possui potência estratigráfica, encontrando-se toda a rocha da estrutura à vista. Se considerarmos a cavidade provida de enterramentos e respectivo espólio, estes "nichos" localizar-se-iam junto ao chão. A sua formação é natural. Muito provavelmente, foi encontrada uma cavidade, com uma estrutura bastante irregular que, pontualmente, foi afeiçoada. Podemos verificar a escavação antrópica na base da gruta - o chão foi rebaixado cerca de 30 cm -, em parte das paredes e do tecto. Porém, estas últimas são bastante irre-

gulares, sugerindo que não foram alisadas por opção. As pequenas cavidades laterais permaneceram. Não sabemos se teriam sido aproveitadas no contexto de utilização deste espaço.

Ambas as cavidades enquadram-se no tipo de grutas aparentemente características da região Oeste - Tipo 2, câmara única sem corredor. Cremos, ao



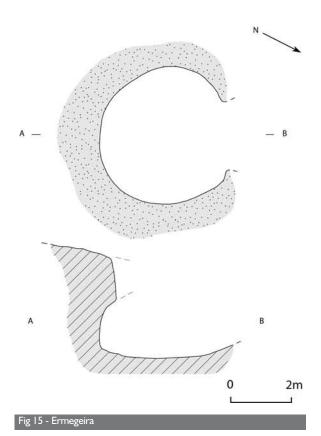




contrário de J. Ludgero Gonçalves, que a ausência de corredor é uma realidade original, e não consequência de qualquer acção destrutiva (idem, 1992: 248). Observando as entradas verificamos que se encontram à face do próprio monte e não existem vestígios de uma construção pétrea que formasse um corredor. Paralelamente, não foram encontrados indícios de qualquer tipo de estrutura no local, quer pelo autor citado, quer por nós próprios.

Quinta das Lapas I é uma gruta artificial. Quinta das Lapas 2 é um recurso natural disponível que foi gerido no sentido de agir o suficiente sobre ele de modo a torná-lo adequado a determinada função - é uma gruta semi-artificial. Curiosamente, o seu escavador, Manuel Heleno, escreve nas suas notas de campo que se trata de uma gruta "intermediária entre as naturais e as artificiais" (Cadernos de Manuel Heleno, 1939).

À direita da gruta 2 há uma pequena reetrância natural na rocha da qual não existe nenhum registo oral ou escrito, nem tão pouco de artefactos aí encontrados não fazendo parte deste estudo.



⁶Através do decreto 30762 de 26 de Setembro de 1940 a Ermegeira foi classificado como Monumento Nacional.

Ermegeira

Em 1939 foram descobertos próximo da aldeia da Ermegeira (Torres Vedras) os vestígios de uma gruta artificial escavada no arenito Cretácico e da qual restavam apenas as paredes sul e oeste da câmara, bem como o chão da mesma, sendo por isso possível fazer uma reconstituição da sua planta. Contudo, o seu perfil foi comprometido pela ruína da abóbada devido a acção dos "violadores" que, segundo M. Heleno, autor do estudo deste sítio (1942), "O aparecimento de um par de brincos de ouro e quatro tubozinhos de fôlha enrolada do mesmo metal, ocasionaram a destruição de parte do monumento e das ossadas e abundante cerâmica que possuía", (fig. 16).

Em 2002 relocalizámos o sítio que se encontrava votado ao abandono e à mercê dos agentes erosivos6. Constatámos que já só restava o fundo da câmara e parte do chão que ia sendo destruído devido aos alargamentos sucessivos do caminho que lhe estava adjacente. Voltamos ao local em 2007 e só quem conheceu este sítio no passado é que dirá que ali existiu uma gruta artificial.

É constituída por uma câmara circular, bastante regular, "com diâmetros que oscilam entre 4,50m e 4,30m" (Heleno, 1933: 29). Não é possível saber a altura da abóbada que, em 1932, já não existia, (fig. 15).

O aparecimento de uma laje ao fundo da câmara na altura da descoberta levou o autor a considerar a hipótese de que esta poderia ser a pedra de fecho de uma clarabóia. Contudo, a referida laje nunca foi convenientemente descrita e provém de um contexto pouco seguro que foi alvo de violações. Sabemos também que há outras utilizações possíveis para este tipo de elementos, veja-se por exemplo o caso da Praia das Maçãs. Por conseguinte consideramos precipitado concluir a partir daqui a existência de uma clarabóia.



A matéria-prima escolhida é talvez a mais frágil de todas as estruturas que encontrámos, sendo admirável o facto de estes vestígios chegarem até nós. É pertinente supor que muitos destes monumentos funerários se tenham perdido devido a esta fragilidade.

A Ermegeira pertence ao conjunto de grutas que foram escavadas no limite de uma bancada rochosa, impossibilitando a existência de um corredor escavado na rocha. Resta a hipótese de ter tido um corredor construído, de estilo dolménico, contudo, a construção de uma estrada afectou possíveis vestígios que possam ter sobrevivido. Parece-nos mais provável que este seja um monumento de câmara única, muito à semelhança do que acontece com as suas congéneres da região, nomeadamente, a Gruta do Casal da Lapa e as Grutas da Quinta das Lapas.

Bolores

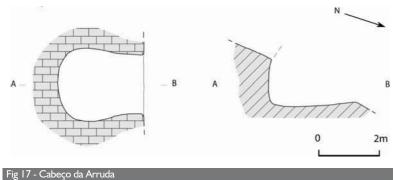
Em 1986 foi efectuada uma intervenção de emergência numa câmara funerária, cujo tecto havia abatido. J. Zilhão, responsável pela escavação, considerou tratar-se de "uma gruta artificial escavada pelo homem na rocha branda" (idem, 1987), não só pela própria estrutura mas também pelo espólio associado: taças de bordo reentrante, um ídolo de calcário e um fragmento de báculo de xisto.

Tivemos oportunidade de visitar o local com um dos escavadores, Emanuel Carvalho, verificando que praticamente já nada restava do monumento.

A sepultura foi escavada num substrato de argilas margosas (Zbyszewski et al., 1955: 17), numa pequena bancada virada a nascente.

Cabeço da Arruda I

A necrópole do Cabeço da Arruda é constituída por três monumentos: uma gruta artificial, um tholos e outra sepultura de tipologia indeterminada. Localiza-se na freguesia de Freiria (Torres Vedras).



O monumento I – gruta artificial – foi escavado no afloramento calcário, na base de uma colina, e está bastante destruído, conservando-se o chão e uma pequena parte das paredes. A planta é em forma de "U" (Ferreira, 1954: 504). A entrada está orientada a NEE. Foi escavado um nível arqueológico de 45cm de espessura que continha "dês ossements humains (environ 41 individus [...]) associés à dês rares fragments de poteries (seulement un bord denticulé) [...]" (Idem, ibidem), e um conjunto diversificado de objectos líticos (pontas de seta, lâminas, seixos talhados, alabardas, etc.), placas de xisto gravadas, ídolos de calcário, objectos em osso e dentes perfurados, contas de xisto, calcário e turquesa. Este espólio, na sua maioria, não destoaria num contexto de Neolítico final, mas a presença dos artefactos de calcário, nomeadamente um "ídolo piriforme", torna-o heterogéneo. Realçamos a ausência de objectos relacionados com o mundo campaniforme. É importante salientar a observação de que « ce désordre donnait l'impression que tout cet amoncellement avait été transporté et placé dans un creux excavé sur le terrain » (idem, ibidem). O facto de os objectos arqueológicos e osteológicos se encontrarem fragmentados e dispersos sugere que, muito provavelmente, este contexto não está preservado e pode ser até uma deposição secundária. Veiga Ferreira coloca a hipótese de este espólio ser proveniente do monumento 2, um tholos construído no topo da colina a 15m da gruta, esvaziado e só depois reutilizado. Porém, esta ideia não nos parece consistente, principalmente por duas razões: primeiro, o tholos seria então mais antigo do que a gruta artificial, cuja função se resumiria a uma espécie de depósito funerário; segundo, os materiais encontrados, designadamente as pontas de seta de base pedunculada, um micrólito geométrico e o bordo denteado, estão associados a um Neolítico final e não ao Calcolítico. Parece-nos mais plausível pensar num contexto de deposição secundária dentro da própria câmara ou, eventualmente, oriundo de outra sepultura que não o

> tholos. Esta é uma discussão que, dificilmente, poderá ser desenvolvida devido à ausência física dos monumentos.

> O tipo de monumento destaca-se pela forma pouco comum da planta e pelo seu reduzido tamanho. Através do único registo gráfico disponível e associando a morfologia do afloramento à tipologia das grutas artificiais da região apontamos como provável estarmos perante um monumento de câmara única, (fig. 17).

Samarra

A estrutura da Samarra, quando foi identificada em 1958, já se encontrava bastante destruída. C. França e Veiga Ferreira efectuaram a escavação de um depósito arqueológico, sem estratigrafia conservada, com vestígios materiais e osteológicos resultantes de enterramentos. A um número mínimo de 130 inumações corresponderia um conjunto de artefactos consentâneo com o mundo funerário do 4° – 3° milénio a.C: cilindros e outras pecas de calcário, designadamente uma enxó encabada, contas de calaíte, xisto e calcário, fragmentos de instrumentos polidos em osso, nomeadamente alfinetes, lâminas e pontas de seta em sílex (França, 1958).

A arquitectura desta sepultura é impossível de averiguar. Sabemos que, sobre um patamar a cerca de 3m do topo de uma escarpa, localizada junto à foz da ribeira da Samarra, existiu um depósito arqueológico que assentava numa formação arenosa dunar que, por sua vez, se sobrepunha à camada de calcários e margas do Cenomaniano (Almeida, 1991). No topo, uma camada de rochas vulcânicas assenta em calcário do Cretácico, em processo de lapiarização. O estrato arqueológico, embora possa estar em deposição secundária, assenta na camada de areias e é coberto por calcários do Cretácico. Não sabemos se teria existido alguma cavidade natural, proporcionada pela erosão de algum dos estratos. Se o que existiu foi produto de afeiçoamento antrópico então, provavelmente, seria escavada nos estratos arenosos consolidados uma cavidade que mantinha um tecto calcário. Note-se que foram recolhidas numerosas "plaquetas de calcário" (França, 1958: 5), o que nos sugere uma utilização relacionada com a estruturação de uma câmara, servindo como revestimento de um substrato muito friável. Esta situação está atestada na Câmara Ocidental da Praia das Maçãs, que apresenta algumas lajes a revestir as paredes da cavidade, exactamente onde a rocha é mais branda. Contudo, nada do que foi sugerido anteriormente tem para nós um maior ou menor peso na construção de uma tese sobre a natureza desta estrutura que, infelizmente, desapareceu.

Verdelha dos Ruivos

Perto da aldeia de Verdelha dos Ruivos (Vialonga) foram encontrados vestígios arqueológicos pré-históricos funerários, nomeadamente uma anta (Vaultier et al., 1951), um silo (Zbyszewski et al., 1976) e uma gruta (Leitão et al., 1984). Esta última foi detectada em 1973 já bastante afectada por uma pedreira de exploração de calcário. Revelou uma estratigrafia conservada - foram identificados quatro níveis arqueológicos - com um espólio associado constituído por material osteológico e um conjunto de artefactos atribuíveis ao mundo campaniforme (idem). Foi descrita simplesmente como gruta funerária. M. Leitão não coloca a possibilidade de ter existido algum afeiçoamento da rocha. Porém, quando G. Zbyszewski escreve sobre os vestígios arqueológicos na envolvência do silo, refere-se à gruta como sendo "mis-naturelle, mis-artificielle" (idem: 76). Esta curiosa observação revela, pelo menos, a suspeita de que não seria uma gruta natural, talvez devido ao facto de não ser escavada apenas no calcário: a cavidade atravessa diversas camadas de rocha com diferentes graus de dureza. De facto, não parece credível que, uma escavação efectuada por agentes naturais, actuando sobre materiais heterogéneos produza, como resultado final, uma cavidade regular. É verosímil que tenha existido um abrigo natural, afeiçoado de alguma forma para ser utilizado como sepultura. Tal como a Samarra, são sítios que foram encontrados bastante destruídos, hoje desaparecidos, impossibilitando a percepção das respectivas arquitecturas.

Praia das Maçãs (câmara ocidental)

Na povoação da Praia das Maçãs, no lugar do Outeiro das Mós, foram descobertos em 1927, no decurso de trabalhos agrícolas, os vestígios de uma necrópole pré-histórica. Dois anos mais tarde Saavedra Machado, colaborador do Museu de Etnologia, publica n'O Archeologo Português uma primeira notícia deste monumento. Apesar da importância do sítio este é votado ao abandono até 1961, altura em que os investigadores V. Leisner, G. Zbyszewski e O. da Veiga Ferreira promovem escavações arqueológicas e realizam o levantamento do local, publicando os resultados em 1965 e 1969.

Dez anos depois J. Ludgero Gonçalves faz novas escavações numa pequena parte do complexo funerário que J. Cardim Ribeiro, nos anos setenta, notara que ficara por estudar. Nesta altura é elaborado um novo e rigoroso levantamento das estruturas.

O conjunto de estruturas funerárias é constituído por uma gruta artificial, que desemboca numa câmara de um tholos, numa rara associação espacial em continuidade temporal. Ambos os monumentos estão orientados para Este e implantados no complexo de arenitos, argilas e calcários do período Cenomaniano (Almeida et al., 1991). No presente trabalho interessa-nos essencialmente a cavidade artificial que encerra em si uma série de singularidades que passaremos a descrever e analisar.

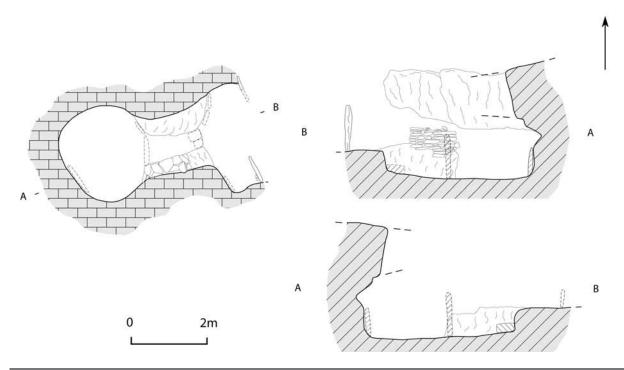


Fig 18 - Câmara Ocidental da Praia das Maçãs

A estrutura é divisível em três partes distintas – câmara, corredor e um átrio. Começando por este último, é uma área de acesso com dois nichos laterais, um a norte e outro a sul, formando um espaço sub-rectangular com cerca de 2,80m por 0,70m/ 0,90m, perpendicular à orientação longitudinal do resto do monumento. Os nichos são parcialmente escavados num calcário margoso muito friável e forrados na sua base com 5 lajes calcárias com cerca de 0,70m de altura. Estas, por um lado, definem a planta dos nichos a Este, e por outro reforçam a frágil camada de rocha onde foram escavados a Oeste. Possivelmente este átrio seria também coberto por lajes horizontais (cf. Leisner et al., 1969). Apesar de não existirem indícios, o facto de esta parte constituir a transição entre o corredor da gruta e a câmara do tholos, a sua arquitectura original poderá ter sido alterada ou perturbada aquando da construção do muro de base que suporta a falsa cúpula.

A segunda parte corresponde a um pequeno corredor de 1,80m de comprimento por 0,50m de largura escavado 0,30m abaixo do nível do átrio. Para atenuar o desnível foram colocadas duas pequenas lajes horizontalmente, uma ao lado da outra em jeito de degrau. As paredes do corredor são verticais na base até à altura de 0,70m alargando a partir daí de forma irregular. Na parede sul há uma reentrância para o interior da rocha que foi preenchida com pequenas lajes sobrepostas.

A terceira e última parte é uma pequena câmara circular de 2m de diâmetro com cerca de 1,50m de altura. As escavações de 1961 revelaram uma grande pedra tombada para dentro câmara que foi interpretada como sendo a de fecho deste espaço. Tal como nos nichos do átrio, também aqui foram encontradas três lajes em posição vertical a forrar a parede, (fig. 18).

A observação atenta do que resta desta gruta, tendo em consideração as informações publicadas sugeriu-nos algumas interpretações.

A estrutura estratificada da rocha onde se implanta a Câmara Ocidental é do topo para a base constituída por um estrato calcário compacto e rijo mas muito fragilizado pela sua lapiarização, com cerca de 1,5m; os restantes estratos, de calcário margoso pouco coeso e muito friável, à medida que nos aproximamos do chão da gruta vão acentuando estas características. Os construtores não foram indiferentes a esta sequência, escavando unicamente a camada mais branda e deixando ficar a espessa camada superior de calcário, na qual não efectuam qualquer intervenção, mantendo e aproveitando a sua inclinação horizontal natural. Desta forma, o tecto da gruta seria plano e não abobadado. Isto é observável no seu arranque, que não se desenvolve através de uma curva suave para obter a forma de abóbada, mas através de um ângulo vincado que coincide com a mudança de estrato da rocha. Por outro lado, e não menos importante, é o facto de os construtores com a mesma intenção de manter a camada de rocha mais rija intocável, e simultaneamente ganhar pé-direito, rebaixarem a câmara e corredor em relação ao nível do átrio. Esta é também uma das razões porque acreditamos que este último, a ter uma cobertura, seria de lajes e não rochosa.

Não é de excluir que este monumento tenha sido construído partindo de uma pequena cavidade natural no estrato de calcário margoso, que estaria em formação na junta de estratificação com o calcário. Este facto justificaria a razão da grande irregularidade na parte superior das paredes do corredor, que são verticais na base até à altura de 0,70m, alargando a partir daí sem que se perceba a razão para os construtores o terem feito, se de seguida a viriam a preencher com lajes, aparentemente para manter a largura do corredor e a verticalidade das suas paredes.

O aproveitamento das características da rocha e o recurso a esta técnica de construção teria condicionado um plano arquitectónico da gruta caso houvesse a intenção de a fazer maior com uma câmara abobadada e clarabóia, (fig. 19).

Outra questão que se afigura particularmente interessante é a possibilidade que temos em associar um monumento deste tipo e construído desta maneira às fases finais do Neolítico através do conjunto artefactual homogéneo que aqui foi encontrado composto por placas de xisto, alfinetes de cabeça canelada, pontas de seta com base pedunculada, vasos hemisféricos e taças carenadas. Assim, este tipo de cavidade é coevo com o primeiro momento de construção das grutas artificiais neste território, anulando a possibilidade destes monumentos mais "toscos" corresponderem a fases tardias e decadentes do fenómeno podendo, no entanto, prolongar-se até elas.

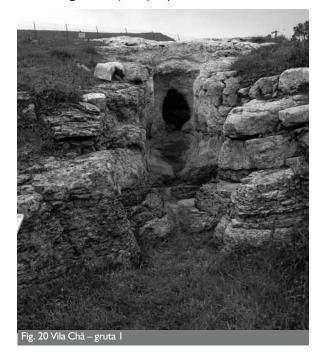


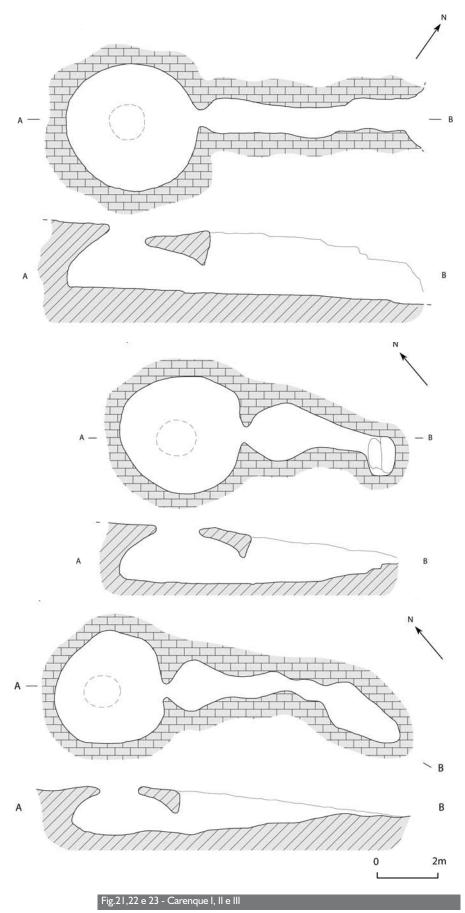
Tojal de Vila Chã I, 2 e 3

As grutas artificiais de Tojal de Vila Chã, Carenque, localizam-se na freguesia da Mina (Amadora). Construídas numa bancada de "calcários e margas do Albiano-Cenomaniano" e de "calcários com rudistas do Cenomaniano" (Ramalho et al., 2001), situada na margem direita da ribeira de Carenque, a meio da encosta da Serra da Silveira.

A necrópole foi escavada por M. Heleno pouco depois da sua descoberta, em 1932, e publicadas pelo mesmo um ano depois. Foram apresentadas descrições dos monumentos e o espólio é caracterizado sumariamente, identificando um conjunto de "estilo dolménico" e outro de "tipo Palmela" (1933: 12). O conjunto conta com artefactos votivos de calcário, como enxós, ídolos, lúnulas, etc., alfinetes em osso, contas diversas e placas de xisto gravadas. Recentemente, V. Gonçalves publicou um estudo sobre as placas de xisto das necrópoles de Carenque e das Baútas, no qual reúne todos os elementos disponíveis sobre estes sítios, incluindo a republicação das plantas e a referência aos materiais arqueológicos dispersos por várias publicações (Gonçalves et al., 2004).

A necrópole de Carenque é constituída por três grutas artificiais às quais, provavelmente, poderíamos acrescentar uma quarta, já destruída, referida por Heleno nos cadernos de campo, cujo espólio seria pouco significativo (Gonçalves et al., 2002: 123). No artigo sobre a gruta da Ermegeira, M. Heleno publica a sua planta -Vila Chã, gruta IV (1939). Aparenta ser uma estrutura





constituída por uma pequena câmara circular, com cerca de Im de diâmetro, eventualmente comunicando com uma outra, de planta irregular com, grosseiramente, 2mx1,5m. Estas pequenas cavidades são escavadas na rocha mas, através dos registos gráficos, verifica-se que já não apresentariam tecto. Pela sua reduzida dimensão e pelo seu afastamento relativamente à necrópole, poder-se-ia tratar de uma estrutura diferente das grutas artificiais.

As três grutas artificiais têm, como elementos principais, uma câmara com clarabóia e um corredor fazendo parte, tipologicamente, do grupo principal de monumentos da Península de Lisboa e Setúbal – Tipo I, (fig. 20).

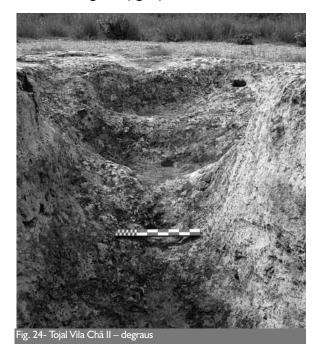
A gruta I foi escavada na base da bancada de calcário, sendo constituída por uma câmara de planta circular, com 4,35mx4,20m, e uma entrada é oval com "0,83m de altura e largura máxima de 0,59m" (Heleno, 1933: 8). Possui ainda uma clarabóia com um eixo máximo de 1,30m. O acesso ao monumento começa com "uma espécie de vestíbulo circular de paredes em parte abertas no calcário, em parte feitas em lages delgadas com barro e sôbrepostas ao banco rochoso." (idem: 8). De seguida começa o corredor que, segundo M. Heleno, "esteve coberto de lages assentes numa reentrância do bordo superior. Chegou até nós uma delas, embora partida. Junto dela, em reforço da parede, uma lage a pino a servir de esteio, com altura de 0,87m. Do lado oposto, sôbre o banco, uma parede para levantamento do mesmo." (idem, ibidem). As paredes são, tendencialmente, paralelas e direitas durante os dois primeiros metros, distando entre si cerca de 1,10m. A partir daqui há um estrangulamento passando a ter, aproximadamente, entre 0,80m-0,90m, durante 1,5m. Posteriormente abre-se, em jeito de antecâmara, e as paredes tornam-se côncavas. Este último troço tem 3m de comprimento. Esta gruta tem a particularidade de conservar os negativos, nomeadamente, da laje de fecho da entrada da câmara e das lajes que tapavam o corredor. A entrada está virada a NE, (fig. 21).

Curiosamente, M. Heleno publica as

plantas das grutas 2 e 3 mas nunca chegou a publicar o desenho da gruta 1. Só em 1999 esta é revelada, sendo redesenhada a partir do esboço original de Valença (Miranda et al., 1999) - fig. 20.

As grutas 2 e 3 são escavadas no topo da plataforma calcária orientadas, respectivamente, para SE e S/SE. A primeira apresenta uma câmara de planta de tendência circular, com 4,80mx4,20m; a entrada tem o recorte de uma "ferradura" (idem, ibidem: 9). O corredor, "piriforme, de fundo côncavo, apresenta-se com comprimento de 5,50m e bojo de 2,10m e altura junto à câmara de 1,75" (idem, ibidem); desenvolve-se como uma rampa em direcção à superfície e, no final, alargase formando "uma espécie de concha" (idem, ibidem), na qual se escavaram dois degraus; (fig.24). Este monumento possui uma clarabóia circular com cerca de 1,60m de diâmetro. Por último, segundo o seu escavador, o corredor seria coberto por lajes, (fig. 22).

A gruta 3 de Carenque é de câmara sub-circular, com 3,80mx3,60; tal como a gruta 2 a entrada é em forma de "ferradura" (idem, ibidem); com um corredor bastante irregular, que se pode dividir num primeiro troço, junto à câmara, de cerca de 5m de comprimento, com uma largura máxima de 1,85m e uma largura mínima de 40cm; um segundo segmento, ovalado, orientado mais para SO, de 2,90m de comprimento por 1,50m de largura. A câmara possuía uma clarabóia cujos bordos se encontram erodidos, não se conseguindo perceber as dimensões originais, (fig.23).



Esta necrópole é um dos conjuntos mais bem preservados do seu género. A sua homogeneidade arquitectónica permite-nos testemunhar que houve um plano prévio dos seus construtores que concebia uma câmara circular com clarabóia e um acesso que poderíamos dividir em três partes: a primeira assemelha-se a um átrio, de morfologia diferente em cada uma das grutas. Como é a parte mais exposta, e menos estruturada, é também a menos bem conservada, porém em Carenque, ao contrário de Alapraia e Palmela, ainda é visível. A segunda corresponde a um corredor de dimensão variável, por vezes sinuoso, e que possivelmente seria coberto por lajes. A terceira, designada por alguns autores de antecâmara, tem uma planta ovóide e paredes côncavas. Em alguns casos poderia ser parcialmente coberto por tecto rochoso, como Palmela I.

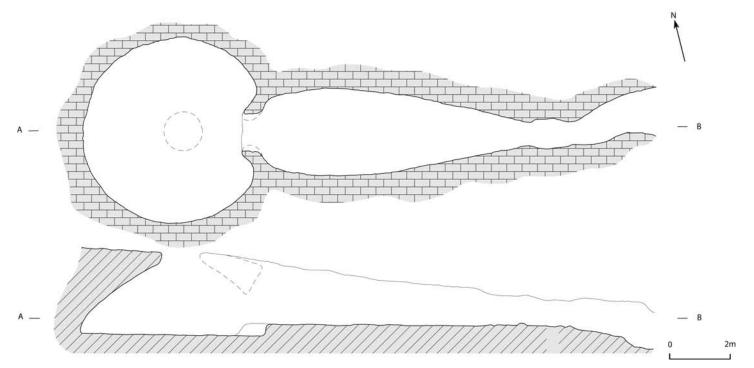
Alapraia 1, 2, 3 e 4

A notável necrópole de Alapraia é das maiores e mais bem preservadas da Estremadura portuguesa sobre a qual se produziu grande quantidade de estudos. A sua homogeneidade arquitectónica não oferece dúvidas quanto ao género morfológico. São quatro grutas artificiais de tipo clássico de câmara abobadada com clarabóia e corredor. Este último é o único elemento que possui alguma variabilidade quer em forma quer em tamanho. Assim, embora partilhemos globalmente das últimas interpretações publicadas, no que concerne à arquitectura deste conjunto, seria incoerente não incluir estas descrições neste trabalho, ainda que de maneira simples e sintética.

Situadas na povoação com o mesmo nome, as grutas foram escavadas num afloramento calcário do "Mioceno Bordigeliano" (Paço, 1955: 27) que é relativamente homogéneo e compacto aspectos que, à semelhança de Carenque, terão ajudado à sua preservação.

A primeira notícia escrita desta necrópole remonta a 1889 por Francisco de Paula e Oliveira acerca da Gruta I que era já conhecida localmente como "Cova dos Mouros". Nesta altura encontrava-se já desprovida de espólio e era usada como pocilga e depósito para lenha.

Com a descoberta em 1932 de uma segunda gruta por Eugénio Jalhay e Afonso do Paço esta necrópole ganhou renovado interesse e atenção. As escavações começaram nesse mesmo ano e prolongaram-se até 1935. A convivência com o local permitiu descobrir uma terceira cavidade em 1934 que no entanto só foi alvo de investigações em 1942. No ano seguinte, en-



quanto se abria uma vala para instalação de uma conduta de água, encontrou-se a Gruta 4. Todas elas foram objecto de estudo e de trabalhos de campo, dando origem a diversas publicações durante a década de 40 e 50 do século passado. Recentemente, V. S. Gonçalves tem vindo a fazer vários trabalhos de síntese e a publicar novas interpretações numa perspectiva crítica sobre o conjunto de Alapraia, quer do ponto de vista da arquitectura quer do seu espólio (1992, 1993, 1994, 1995, 2003 e 2005).

Fazendo uma breve descrição de cada uma das estruturas, a Gruta I é composta por uma câmara circular de 5,30m de diâmetro, não ostentando já o topo da sua abóbada. A conversão deste espaço em pocilga no século XIX provocou estragos no recorte da entrada que passou a ser quadrangular. O seu corredor, o maior de entre todos os conhecidos, com cerca de 13,5m, é constituído por duas partes. Uma mais estreita e tortuosa com uma largura que varia entre 1,50m no seu início e 0,80m no máximo estrangulamento e outra em forma de gota alongada - antecâmara - com 8,5m de comprimento e 2,9m de largura máxima, estreitando de seguida até à entrada da referida câmara, (fig.25).

Passando para a Gruta 2, o corredor possui só esta espécie de antecâmara, que aqui toma uma forma mais ovalada com cerca de 4,90m no seu eixo longitudinal e 2m de largura máxima. A possibilidade de existir um primeiro troço não é de excluir mas este, estando a uma cota superior, teria sido facilmente destruído com a abertura da estrada que lhe está adjacente. A câmara

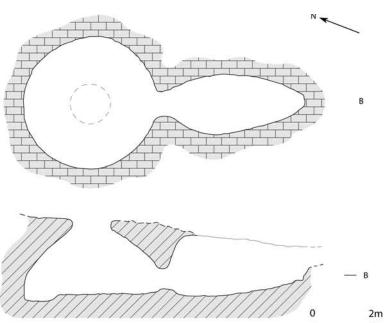
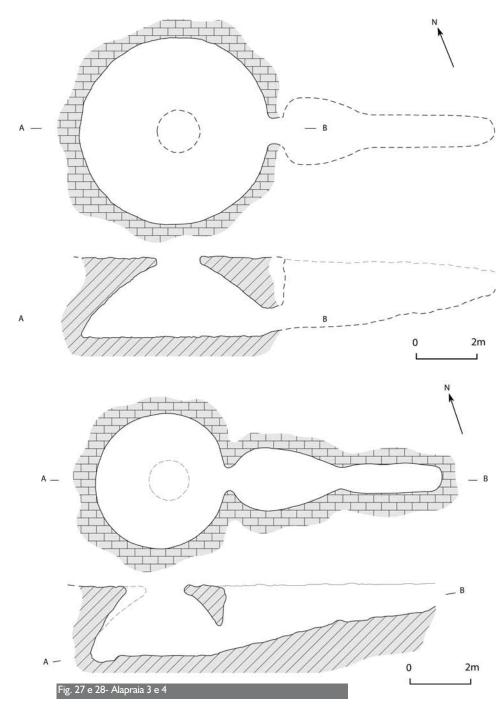


Fig. 25 e 26- Alapraia I e 2

circular com 4,30m de diâmetro ainda conserva a totalidade da abóbada que atinge 2,20m de altura. No topo e ao centro, encontra-se a característica clarabóia que aqui tem 1,40m de diâmetro (fig.26). A terceira gruta que se encontrava parcialmente no interior de uma casa rústica (hoje já desafogada dessa "cobertura") apresenta uma câmara de 6,20m de diâmetro, 2,40 de altura e uma clarabóia de 1,40m de diâmetro (fig.27). Eugénio Jalhay e Afonso do Paço apenas escavaram e desenharam esta parte em 1942 por questões de segurança



deixando parte do "vestíbulo". Actualmente decorre uma intervenção arqueológica no corredor, não existindo por isso ainda o seu levantamento completo.

A quarta gruta conhecida corresponde sensivelmente ao modelo das outras. Começa por um corredor que logo no início tem a sugestão de dois degraus seguindo durante 3m entre duas paredes praticamente paralelas que distam entre si cerca de 0,90m estreitando para 0,80m para de seguida se abrir e voltar a estrangular quase abruptamente antes da câmara criando um espaço de forma ovóide com 3,80m de comprimento e 2m de largura máxima. Na passagem entre o primeiro e o segundo segmento de corredor parece existir um novo degrau. Por fim, com 4,20m de diâmetro a câmara circular, cuja abóbada parcialmente destruída, tem 2,10m de altura e uma clarabóia com 1,30m de diâmetro, (fig.28).

A partir do espólio exumado nas grutas de Alapraia, nomeadamente nas grutas 2 e 4, "duas fases são detectáveis na ocupação de este conjunto, a segunda das quais tem a ver com uma utilização terminal, atribuível aos oleiros ou utilizadores de cerâmicas campaniformes [...] e " [...] um grupo antigo, datável de fins do 4º milénio e dos inícios do 3°." (Gonçalves, 2003: 136).

A arquitectura das grutas de Tipo I evidencia-se em Alapraia, designadamente quanto à regularidade das câmaras circulares e á tendência bipartida dos corredores. Estes monumentos são um bom exemplo da capacidade técnica destas comunidades do final do 4º milénio para escavar um afloramento compacto de calcário e as

suas dimensões, assim como as qualidades da rocha são prova disso mesmo.

Monte do Castelo

Monte do Castelo foi uma gruta artificial que já se encontrava destruída pelo avanço de uma pedreira pelo menos em 1969, ano em que foi publicada pela primeira vez (Oliveira e Brandão, 1969). Nessa altura apenas restava uma pequena parte da câmara (Cardoso, 1991; Cardoso, 1996). Sabemos que foi escavada numa pe-

quena elevação 800m a Sul do povoado pré-histórico de Leceia, geologicamente constituída por calcários brandos. Foi possível efectuar datações a partir de espólio osteológico exumado (vd. Quadro I), apontando uma ocupação com início no Neolítico final. Os restantes artefactos sugerem que a utilização se prolongou pelo Calcolítico, afirmação sustentada pela existência de espólio característico, como copos canelados e cerâmica campaniforme de tipo Palmela.

S. Pedro do Estoril I e 2

Sobranceiras à praia de São Pedro do Estoril, no topo de uma escarpa virada a Sudeste, foram descobertas em 1944 duas grutas artificiais implantadas no calcário margoso do Cenomaniano. No mesmo ano Leonel Ribeiro, Afonso do Paço e Vera Leisner procederam a escavações arqueológicas que viriam a ser publicadas em 1964. Neste estudo, os investigadores descrevem a Gruta I: uma câmara de 4,70m por 4,30m de diâmetro, com uma planta irregular e tendencialmente poligonal. O acesso à mesma fazia-se por Sudoeste através de uma faixa de terreno com

6m de comprimento e 2 a 3m de largura limitado, de um lado pela escarpa, e do outro por um talude onde encosta uma "muralha aprumada de blocos e lajes de tamanho diferente, empilhadas sem argamassa" (Leisner et al., 1964:6) com a altura máxima de 1,10m. Os autores colocam a hipótese da entrada original da gruta ter sido pelo lado do mar, à semelhança de S. Pedro do Estoril 2, porém a rápida erosão da escarpa teria limitado a sua utilização. Este facto justificaria ter sido feita a entrada SO anteriormente descrita. A segunda cavi-

D 2m 2m

Fig. 29 e 30- S. Pedro do Estoril I e 2

dade, mais regular, possui uma câmara circular com 4,50m de diâmetro que apenas conservou o arranque da abóbada até à altura de 0,75m. A entrada, com 0,70m de largura, dá acesso a um corredor de paredes divergentes, através de um degrau de 0,25m e com apenas 0,50m de comprimento conservado, terminando abruptamente juntamente com a escarpa.

Na Gruta I podem ser identificadas, provavelmente, duas fases de ocupação, uma primeira, pré-campaniforme, que parece distinguir-se espacialmente por um

conjunto de inumações junto às paredes, associadas a artefactos como "copos canelados, taças caneladas e betilos, atribuíveis aos construtores da gruta" (Gonçalves, 1992: 60); uma segunda fase, campaniforme, está representada por inumações essencialmente colocadas na zona central da câmara, acompanhadas por artefactos característicos deste período: cerâmica campaniforme (taças tipo Palmela, duas delas com pé, vasos e caçoilas), artefactos votivos de calcário, "braçais de arqueiro", botões em osso com perfuração em V, entre outros.

Na Gruta 2 foi detectado um contexto específico com enterramentos e artefactos atribuíveis ao Neolítico Final: lâmina de sílex, machados de secção circular, enxós e goivas, furadores e sovela em osso e escassos fragmentos de cerâmica de fundo comum (cf. Leisner et al., 1964: 53-65). A ausência de cerâmica identificadora do período entre 4º e o 3º milénio coloca um problema de aferição cronológica segura, realidade detectada por V. Gonçalves (Gonçalves, 2005: 85) que aponta para uma fase antiga, isto é, Neolítico Final, mas pouco característica.

Quanto à morfologia destes monumentos, as descrições feitas na publicação de 1964 revelam algumas características singulares que apontam para um afastamento da sua arquitectura em relação ao modelo das suas vizinhas de Alapraia.

No que diz respeito à Gruta I os autores são peremptórios em afirmar que "... dá a impressão que uma cavidade rochosa já existente tivesse sido aproveitada e aperfeiçoada na técnica das grutas artificiais da região" e "...no lado Nordeste o recinto é limitado, numa altura de 0,70m, por um banco vertical de rocha sem qualquer lavra humana, o mesmo acontecendo no Sudeste do lado do mar" (Idem, Ibidem:5) Contudo, ao longo do seu estudo nunca há referências ao facto desta poder apresentar uma morfologia diferente das demais grutas artificiais conhecidas.

Efectivamente, salientamos que o afloramento calcário em que foi escavada está bastante fragilizado por um processo de lapiarização mais antigo do que o próprio monumento. Existe uma probabilidade elevada de ter existido uma cavidade natural que foi alargada pelo homem, à semelhança de outros casos. A sua existência atesta já a erosão da escarpa e a fraqueza da rocha, tendo sido escolhido e aproveitado este local para retirar vantagem destas características.

Parece-nos também que a câmara teria tido uma entrada primitiva a Sudeste e que esta seria natural, fazendo parte da cavidade natural pré-existente. No entanto, se considerarmos que este acesso à gruta ainda em uso deixara de existir, devido à erosão da falésia, então a entrada passaria a funcionar através da clarabóia. Mas se foi feita uma segunda entrada, este facto só por si exclui a hipótese de ter tido uma clarabóia. Por outro lado, se a sua câmara tivesse tido em algum momento três aberturas, o mais provável seria o colapso do tecto.

Finalmente, no que diz respeito à possibilidade de existir um corredor, parece-nos improvável, pela simples razão de que a erosão poupou uma faixa de terra suficientemente larga (2 a 3m) para que os vestígios de uma eventual estrutura paralela à existente (quanto mais não fossem as suas fundações) pudessem ser observadas. Assim, a funcionalidade da "muralha" seria simplesmente conter e reforçar o talude. Acrescente-se que os vestígios desta estrutura apresentam poucas semelhanças com o tipo aparelho dos corredores dolménicos.

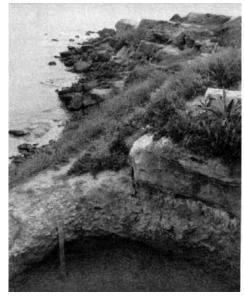




Fig. 31 e 32 - S. Pedro do Estoril 2

Desta forma somos da opinião de que a Gruta I é uma cavidade semi-artificial, constituída apenas por uma câmara, cujo caminho de acesso foi protegido e melhorado.

A Gruta 2 de São Pedro do Estoril é, ao nível da base, extremamente regular apresentando uma câmara de planta circular. Porém, esta regularidade só existe até aos 0,75m de altura, dado que "Por cima deste nível, a abóbada apresenta a mesma erosão da observada na primeira, havendo poucos pontos que nos proporcionem elementos para reconhecer a sua forma primitiva nos níveis mais altos" (idem, ibidem). Observando as fotografias publicadas e o que resta deste monumento e do local constatámos que, à semelhança da Câmara Ocidental da Praia das Maçãs, os estratos de calcário têm limites definidos e a sua composição é pouco homogénea. A sua dureza, resistência à erosão e alterabilidade (Aires-Barros, 1991) são diferenciados. Os estratos da base são de um calcário margoso mais fácil de afeiçoar, porém denotam um comportamento mais resistente à erosão, pelo contrário, os estratos de topo são mais rijos e compactos mas foram menos resistentes à erosão. A mudança de regularidade das paredes da abóbada coincide com a junta de estratificação entre os estratos não se tendo conservado estas camadas superiores da rocha. A questão que fica em aberto é se de facto teria existido afeiçoamento dos estratos superiores podendo a cavidade ter tido uma abóbada e clarabóia, passando a ser a única gruta deste tipo feita numa rocha com estas características ou se, pelo contrário, só tivessem sido escavadas as camadas da base, deixando as de topo inalteradas, ficando com um tecto tendencialmente plano.

Quanto ao eventual corredor ou antecâmara, é difícil aferir uma conclusão, pois conservou-se apenas " uma ligeira escavação na rocha até uma distância de 0,50m" e ambas as linhas apresentam uma orientação divergente. Os escavadores publicaram a reconstituição da gruta (1964), aproximando a sua forma à dos únicos monumentos conhecidos na altura, nesta região, que tinham clarabóia e corredor. Lembremos que uma gruta artificial foi sendo sistematicamente associada a uma estrutura de câmara e corredor com clarabóia. reconhecendo-se, porém, as excepções das grutas de tipo poço.

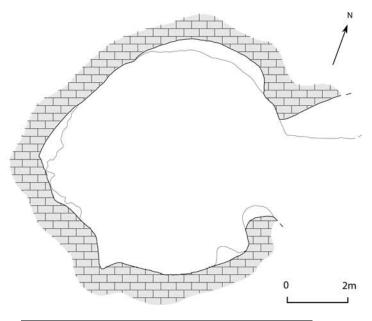
S. Paulo I e 2

A necrópole de S. Paulo localiza-se no átrio da igreja do antigo Convento com o mesmo nome, na cidade de Almada. Foram identificadas duas cavidades escavadas nos calcários margosos e argilosos da arriba miocénica.

Da primeira pouco se sabe, pois quando em 1978 foi escavada por C. Tavares da Silva, já se encontrava em elevado estado de destruição. Porém, foi possível caracterizá-la como sendo "um afeiçoamento de uma cavidade natural" (Barros, 1998: 20) construída e utilizada durante o Neolítico final e da qual, infelizmente, nada sabemos sobre a sua morfologia. Em 1988 por ocasião das obras feitas no adro da Igreja de S. Paulo, os técnicos do Museu Municipal descobriram uma segunda gruta, orientada a ESSE, composta por uma câmara quase circular com 7,50m por 7m e um corredor de 2m de comprimento por 2,50m de largura; (fig.33).

A cavidade tem uma diacronia de ocupação funerária desde o Neolítico final até ao Bronze, com reutilizações durante as diversas fases do Calcolítico. Há ainda alguns vestígios materiais de época romana atribuíveis a escorrências provenientes das proximidades e uma intensa ocupação habitacional da Idade do Ferro de um grupo provavelmente não indígena, numa altura em que o tecto da estrutura abatera quase na totalidade. Serão principalmente estas últimas populações que, aparentemente em busca de artefactos metálicos, terão sido responsáveis pelo mau estado de conservação da estratigrafia.

O conjunto artefactual recolhido associado à utilização enquanto necrópole, isto é, para as fases da Pré-história recente, é vasto e diversificado. Relativamente aos artefactos líticos, incluem-se geométricos (triângulos e trapézios), pontas de seta de base pedunculada e em



lingueta, lâminas, furadores, núcleos de lamelas, machados e enxós de secção circular e uma goiva; no espólio cerâmico estão presentes taças em calote, taças carenadas, copos e taças caneladas, um vaso almagrado, um vaso zoomórfico, taças e caçoilas campaniformes (em técnica pontilhada e incisa) e pratos, destacando-se um exemplar com decoração brunida no seu interior; o grupo dos objectos de adorno é constituído por contas bitroncocónicas, contas discóides, contas tubulares, pendente de marfim, búzios perfurados, dente de canídeo, pequeno coelho, alfinete para o cabelo, "ídolos de gola" e botões de osso com perfuração em V entre outros; no que concerne a artefactos relacionados com práticas mágico religiosas foram encontradas placas de xisto, placas de grés e calcário, betilos cilíndricos, toncocónicos e paralelipipédicos de calcário; os artefactos metálicos estão representados apenas por punções, um anzol, uma ponta de faca em cobre e uma conta de ouro.

Em contraste com a gruta de S. Paulo I, onde apenas foram encontrados vestígios de seis enterramentos, em S. Paulo 2 este número sobe para cerca de 180 indivíduos.

Na descrição que L. Barros, responsável pelas escavações, faz do monumento refere que os condicionalismos geológicos "fizeram com que o tecto apresentasse um acentuado declive para Sul onde acabava por tocar o chão, num ângulo extremamente agudo, sem uma definição aparente de parede, ao contrário do que acontece no topo Norte, onde a altura média das paredes ronda o 1,60m" (1997: 218). Neste sentido estaríamos perante uma câmara com um tecto muito irregular e assimétrico, que em vez de ser abobadado seria inclinado de Norte para Sul. Tudo leva a crer que a escavação desta gruta, nomeadamente a sua arquitectura, esteve de facto sujeita às contingências naturais da rocha onde foi escavada, não sendo de excluir a hipótese de ter sido feita de modo semelhante a S. Pedro do Estoril I e, inclusivamente, à semelhança da sua vizinha S. Paulo I, ter sido semi-artificial. Contudo, faltam-nos os dados que o confirmem.

Um outro aspecto relevante nesta cavidade é a dimensão da câmara (7,5m de diâmetro) que faz dela a maior conhecida em território nacional. O autor citado refere a existência de um corredor, cuja largura seria 2,5m. Esta medida torna este acesso o mais largo das grutas da Estremadura, fazendo lembrar um átrio. Face aos vestígios deste elemento representados na planta, verificamos que apenas existe um lado do corredor, com 2m de comprimento. O outro lado estaria destruído.

Embora o monumento já não esteja visível, e a sua descrição seja insuficiente para uma compreensão exacta da sua morfologia, é possível com estes elementos inferir que S. Paulo 2, do ponto de vista da sua arquitectura é pelo menos, de tipo diferente de Alapraia ou Palmela. Consideramos esta gruta artificial de Tipo 3.

Casal do Pardo I, 2, 3 e 4

As grutas artificiais da Quinta do Anjo (Palmela) localizam-se a SE da povoação com o mesmo nome, numa bancada aplanada de "biocalcarenitos do Castelo de Palmela" (Manuppella et al., 1999b: 67), do Miocénico.

Esta necrópole foi a primeira, deste tipo, a ser descoberta em Portugal. Escavada por António Mendes e Agostinho José da Silva, entre 1876 e 1878, devido ao falecimento do seu primeiro escavador, os resultados das intervenções vão sendo publicados por outros autores, nomeadamente por Cartaillac em 1886 e J. Leite de Vasconcelos em 1897. As grutas são novamente escavadas por António Marques da Costa, em 1906 publicando, nos dois anos seguintes parte do conjunto artefactual exumado. Em 1961 foi compilada a maior parte dos dados disponíveis numa monografia (Leisner et al., 1961) mas o registo mais completo sobre o sítio foi publicado por V. Leisner em 1965. Foram efectuados estudos, sobre os artefactos (Pereira e Bubner, 1977) e sobre o espólio osteológico (Bubner, 1979). Mas é em 2003 que todo a informação disponível sobre a necrópole é exaustivamente reunida, descrita e interpretada por J. Soares, na monografia intitulada Os hipogeus pré-históricos da Quinta do Anjo (Palmela) e as economias do simbólico.

O conjunto arquitectónico é constituído por quatro monumentos, todos de Tipo I ou "clássico". A Gruta I possui pelo menos 9,75m de comprimento, dado que a parte final do corredor foi afectada pela abertura de uma estrada. "A câmara, subcircular, tem 5,50m de diâmetro, segundo o eixo longitudinal, e 4,70m, segundo o eixo transversal; possui 2,30m de altura [...] até ao topo da abóbada, onde se abre uma clarabóia com 1,40m de diâmetro. A entrada da câmara, em forma de ferradura, tem 0,80m de altura e 0,70m de largura máxima. Abre para uma antecâmara piriforme, com a largura máxima de 1,70m e a altura de 1,40m [...]. A antecâmara sofre acentuado estreitamento, assumindo o aspecto de curto corredor, com 0,60m de largura; este sobe em rampa, muito suave, até ao exterior." (Soares, 2003: 49). Os dois segmentos do corredor estão delimitados por um estrangulamento, sinalizado

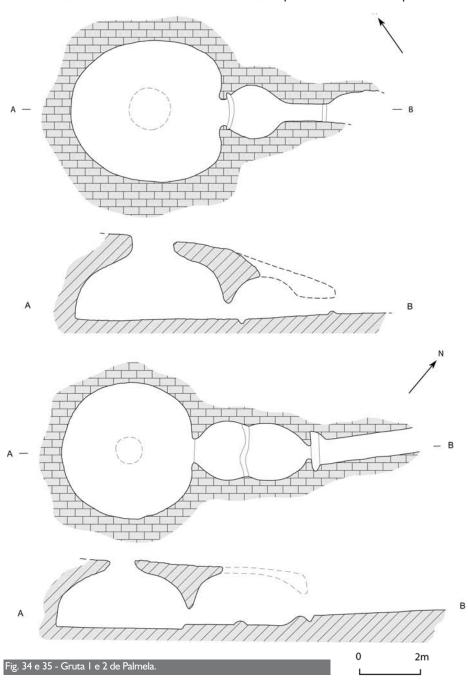
por um cordão de rocha em relevo no chão. O tecto seria, no primeiro troço, rochoso, provavelmente abobadado semelhante ao da câmara. A entrada da câmara seria fechada com uma laje, cujo negativo do encaixe na rocha ainda é visível. Infelizmente, o caminho que lhe está adjacente destruiu parte do corredor; (fig. 34)

A Gruta 2 de Palmela apresenta uma estrutura idêntica à da Gruta I mas em melhor estado de conservação, registando-se um comprimento total de 11,5m. A câmara é de planta circular, com cerca de 4,5m de

diâmetro e 2m de altura, elevando-se em abóbada com uma clarabóia central de 0,90m de diâmetro. A entrada (0,70m de altura por 0,64m de largura) abre-se para uma antecâmara ovalada, com 3,60m de comprimento e uma altura conservada de 1,60m, apresentando um ligeiro estreitamento na parte central, delimitado por um cordão de rocha em relevo, bastante irregular. O tecto está parcialmente destruído, não se percebendo se seria rochoso ou, tal como a Gruta I de Carenque, coberto com lajes. O acesso a este primeiro troço do corredor "é feito através de um estrangulamento com 0,40m de largura mínima, dotado de sistema de encerramento formado por dois entalhes laterais destinados a receber a "porta"." (idem: 53). O segundo troço, com cerca de 0,80m de largura, sobe em rampa ligeira durante aproximadamente 4m; (fig.35).

O terceiro monumento encontra-se bastante afectado, ostentando apenas parte do tecto da câmara. Tem um comprimento total de cerca de 10m. "A câmara possui 5m de diâmetro longitudinal, 5,30m de diâmetro transversal e conserva uma altura de 2,20m, mas é possível que atingisse os 2,50m [...]; a entrada da câmara funerária tem 0,55m de largura; das paredes da estrutura de acesso pouco se conserva. Esta é constituída por antecâmara muito semelhante à do monumento I, com cerca de 3m de comprimento e I,70m de largura máxima." (idem: 56). Os relevos em cordão existentes na rocha da base da câmara e da antecâmara, que as atravessam "indiferenciadamente" (idem, ibidem), são de origem natural, apesar de alguns autores terem defendido uma origem antrópica; (fig.36).

A gruta 4 de Palmela constitui o exemplar em pior estado de conservação, restando as plantas de parte da antecâmara e da câmara, na qual se notam ainda as pa-

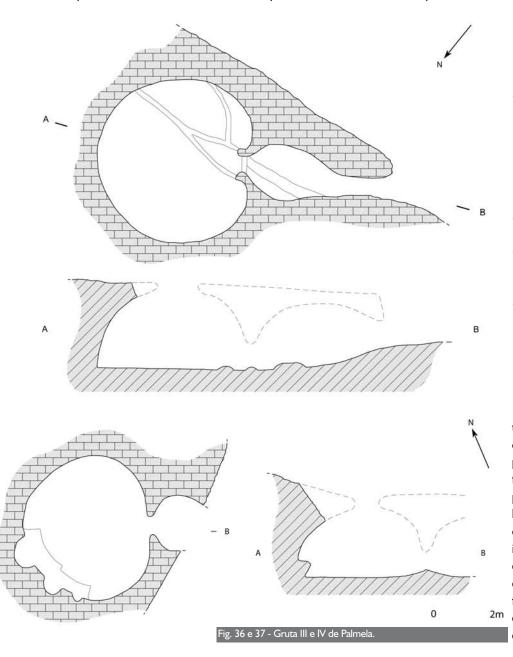


redes do fundo da cavidade. O monumento tem um comprimento total de 6m. A câmara tem 4,70mx4,10m de diâmetro e uma entrada com 0,65m de largura. Há vestígios de uma antecâmara com, pelo menos, 1,80m de largura máxima.

Possui uma bancada lateral a cerca de 50cm do chão, provavelmente de origem natural, "em parte afeiçoada como possível altar" (idem: 60), a partir da qual se desenvolvem três concavidades para o interior (fig.37). É interessante observar a textura natural da rocha que vai desde esta bancada até à superfície do

afloramento. Teria sido este facto que levou Marques da Costa a considerar a existência de um poço que acedia à câmara (1907). Face ao actual estado de conservação da gruta é difícil confirmar esta hipótese. Porém, na linha do que temos vindo a defender, esta gruta poderia ter sido feita a partir de uma pequena cavidade natural que foi quase totalmente "disfarçada" pelo maior diâmetro da estrutura artificial escavada.

A orientação dos monumentos não é uníssona, abrindo-se cada um, do primeiro para o quarto, e genericamente, para SE, NE, SO e SSE.



do espólio da gruta I de Palmela é ilustrativa dos conjuntos exumados nos outros três monumentos, identificando-se uma associação dos artefactos desde o Neolítico final, continuamente até ao Calcolítico final. Citando J. Soares: " [...] atribuíveis ao Neolítico final (geométricos, machados de pedra polida de secção transversal circular ou subcircular, pontas de de seta triangular/pedunculada, placas de xisto gravadas) [...] característicos do Calcolítico estão bem representados, em particular, os artefactos mágico-religiosos de natureza calcária. A utilizadesta sepultura prolongou-se até à última fase do Horizonte Campaniforme, havendo a salientar a presença de cerâmica campaniforme incisa, um braçal de arqueiro, notável conjunto de botões em osso e marfim com perfuração em V e ainda objectos de cobre e de ouro." (idem: 52).

A descrição abreviada

Grutas dos Capuchos

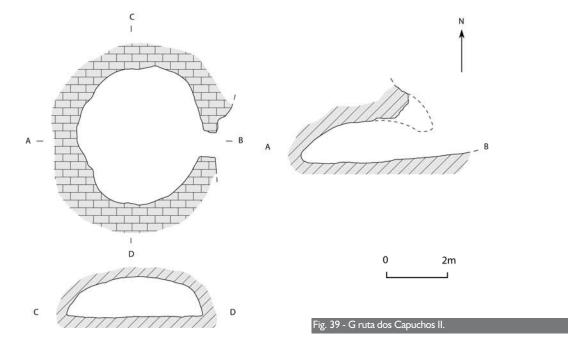
Localizadas na Quinta de S. Paulo, a meio da encosta Este da Serra dos Gaiteiros (Setúbal) encontramos duas pequenas grutas orientadas a nascente. A primeira trata-se de uma cavidade natural para a qual são desconhecidos vestígios de ocupação. A oriente desta, a cerca de 10m, há uma segunda gruta, de origem antrópica, que foi objecto de escavações arqueológicas em 1951 por O. da Veiga Ferreira. Nesta intervenção o autor refere apenas ter sido encontrado um bordo de uma taça campaniforme de tipo Palmela (Ferreira, 1966), fragmentos de cerâmica lisa, uma lâmina e duas pontas de seta de sílex (Harrison, 1977). Posteriormente, diversos autores fizeram alusão à gruta 2 de Capuchos sem, no entanto, acrescentar novos elementos.

Em 2002 fizemos o reconhecimento do local e constatámos tratar-se de uma gruta escavada num calcário margoso, constituída por uma câmara sub-circular de 4,50m por 4,10m com um tecto abobadado de apenas 1,30m de altura, o que faz dela a mais baixa entre as suas congéneres. O acesso à gruta faz-se por uma entrada que abateu parcialmente, conferindo-lhe hoje uma forma irregular e maior do que teria tido no momento da sua construção. Porém, é possível observar as dimensões originais da entrada através das fracturas da rocha, tanto no tecto como no chão rochoso, (fig.38).

A sua construção numa encosta de declive acentuado com um reduzido espaço plano à frente da entrada com-

promete a existência de um corredor escavado na rocha. Este só teria sido possível se fosse curto e feito com esteios. A ausência de qualquer vestígio físico que corrobore esta ideia e a existência de vários paralelos torna mais verosímil considerar este monumento uma gruta artificial de câmara única, sem corredor, (fig.39).





6. Considerações finais

"Listar questões é mais simples que triá-las, o que, por sua vez, é mais simples que discuti-las, sendo a discussão o mais importante, neste contexto, que uma eventual «solução»." (Gonçalves, 1995: 206).

Como fomos referindo ao longo deste trabalho, os estudos acerca das grutas artificiais na Estremadura incidiram sobretudo nos espólios arqueológicos, relegando para segundo plano as estruturas sepulcrais. Nunca se averiguou qual a informação disponível, impossibilitando a percepção de morfologias e maneiras de construir.

Uma vez construídos os dados possíveis, considerámos a existência de quatro tipos de grutas artificiais:

Tipo clássico

Câmara única

Câmara e corredor

Duas câmaras

Estendem-se, grosso modo, desde Setúbal até Torres Novas. As grutas de tipo I circunscrevem-se às Penínsulas de Lisboa e Setúbal, enquanto que as de Tipo 2 ou de câmara única apresentam uma dispersão por todo este território. Estes são os grupos mais homogéneos do ponto de vista morfológico.

O Tipo 3 é apenas representado pela Praia das Maçãs (câmara ocidental), pela Gruta 2 de S. Pedro do Estoril e por S. Paulo 2. Comum a este grupo, uma câmara sem clarabóia e a existência de um corredor, de reduzido comprimento, com uma largura que varia entre 0,7m e 2,5m.

Ribeira Branca I, pela sua singularidade, não coloca dúvidas acerca da necessidade da existência de um quarto Tipo, porém constitui o único exemplar na área estudada.

Os tipos de grutas que distinguimos parecem estar associados a técnicas de construção distintas. Anteriormente vimos que há diferentes maneiras de construir uma gruta artificial: aproveitando as diferentes camadas de uma mesma rocha, consoante a sua dureza; afeicoando pequenas cavidades naturais, das quais ficaram vestígios da sua textura original; e ainda utilizando diaclases como ponto de partida. Estes gestos que ficam materializados na rocha denunciam o recurso a uma estratégia recorrente de aproveitar "pequenos esboços naturais" para iniciar a escavação. Será legítimo pensar que, provavelmente, algumas grutas artificiais foram escavadas a partir destes esboços e que a acção de afeiçoar acabou por disfarçá-los.

Exceptuando as grutas de Tipo "clássico" e de duas câmaras, os Tipos 2 e 3 podem ser artificiais ou semiartificiais, isto é, com uma estrutura visível parte natural parte antrópica, produto da escavação a partir de uma pequena cavidade ou discontinuidade natural.

Estas formas de aproveitamento parecem ter sido uma das estratégias seguidas pelos construtores desde os momentos mais antigos, isto é, desde o Neolítico final/Calcolítico inicial, associando os espólios de diferentes cronologias a estes contextos como, por exemplo, o caso de Praia das Maçãs.

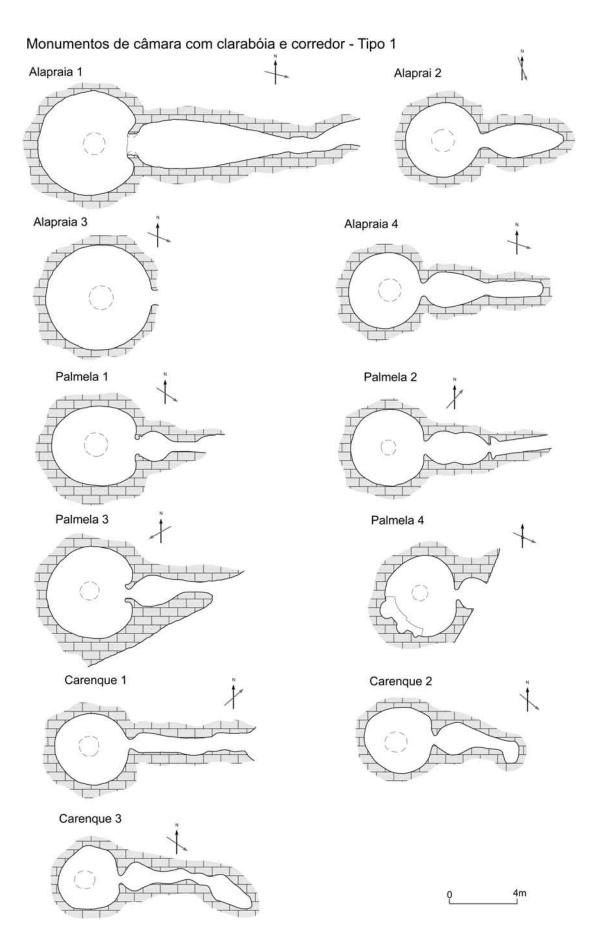
Os construtores de grutas artificiais e semi-artificiais, apesar de seguirem, provavelmente, um plano prévio de acordo com os pressupostos mágico-religiosos, este podia ser condicionado por uma estratégia oportunista de aproveitamento da morfologia do terreno, tipo e estrutura da rocha. Deste modo podemos compreender os "desvios" ao plano original de construção bem como algumas das particularidades de certos monumentos. Porém, é óbvio que todas estas acções poderiam ter sido justificados simbolicamente por parte dos seus construtores, mas essas foram irremediavelmente engolidas pelo Tempo.

Junho de 2008

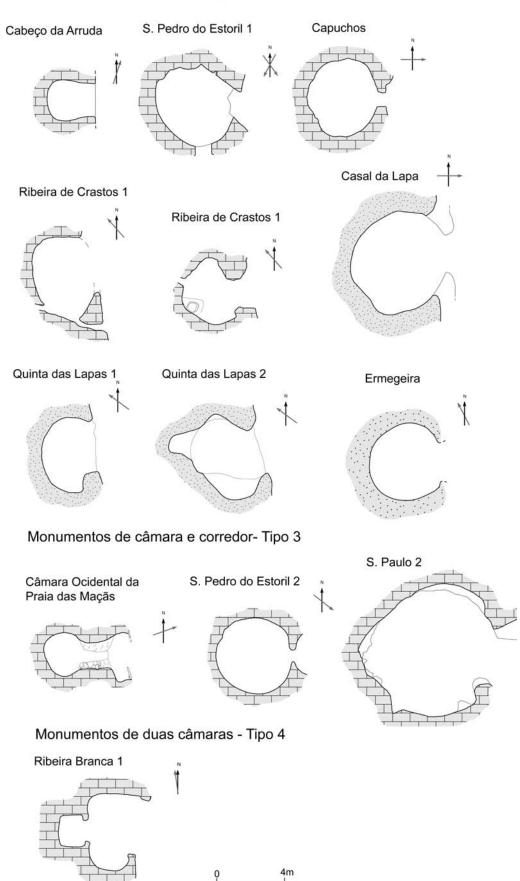
Nota: A seta cinzenta representa a direcção do eixo longitudional das grutas, face ao norte magnético, seta negra.

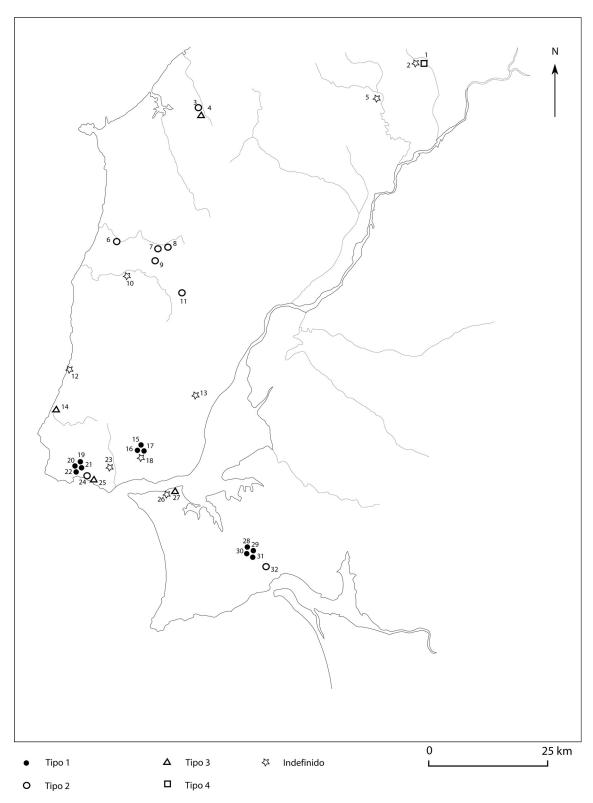
Agradecimentos

A Mariana Diniz, presente desde o início; a Ana Depalmas, per les "Atti" e per tutto; a Emanuel Carvalho na relocalização de alguns monumentos; a Antonino Mendes, pela ajuda nos trabalhos de campo.



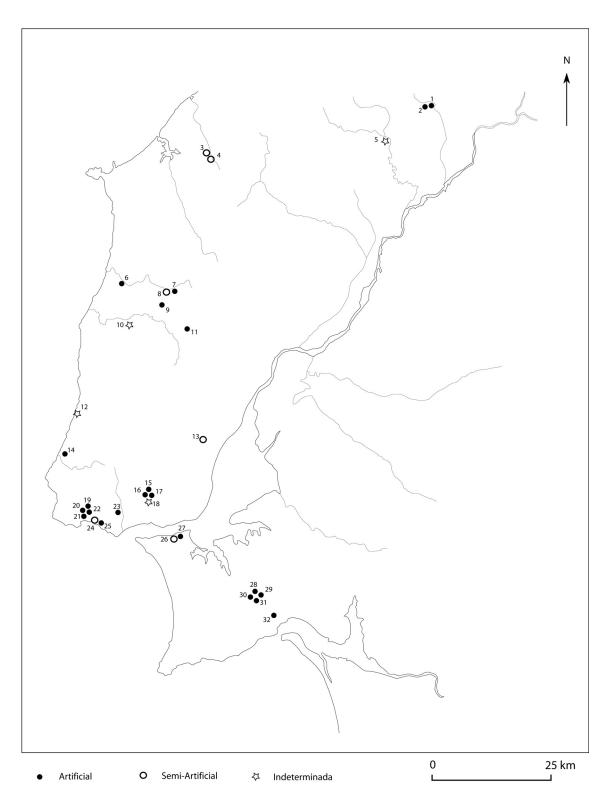
Monumentos de câmara única- Tipo 2





1 e 2- Ribeira Branca I e II; 3 e 4- Ribeira de Crastos I e II; 5- Pernes; 6- Casal da Lapa; 7 e 8-Quinta das Lapas I e II; 9- Ermegeira; 10-Bolores; 11- Cabeço da Arruda; 12- Samarra; 13- Verdelha de Ruivos; 14- Câmara Ocidental da Praia das Maçãs; 15, 16,17, 18- Carenque I, II, III e IV; 19, 20, 21 e 22- Alapraia I,II,III e IV; 23- Monte do Castelo; 24 e 25- S. Pedro do Estoril I e II; 26 e 27- São Paulo I e II; 28, 29, 30 e 31- Palmela I, II, III e IV; 32- Capuchos II.

Tipologia das grutas artificiais segundo a morfologia da construção



1 e 2- Ribeira Branca I e II; 3 e 4- Ribeira de Crastos I e II; 5- Pernes; 6- Casal da Lapa; 7 e 8-Quinta das Lapas I e II; 9- Ermegeira; 10-Bolores; 11- Cabeço da Arruda; 12- Samarra; 13- Verdelha de Ruivos; 14- Câmara Ocidental da Praia das Maçãs; 15, 16,17, 18- Carenque I, II, III e IV; 19, 20, 21 e 22- Alapraia I,II,III e IV; 23- Monte do Castelo; 24 e 25- S. Pedro do Estoril I e II; 26 e 27- São Paulo I e II; 28, 29, 30 e 31- Palmela I,II, III e IV; 32- Capuchos II.

Tipologia das grutas artificiais segundo os agentes de construção

Fontes manuscritas

HELENO, M. (1939) - Cadernos de Manuel Heleno. Gruta artificial de Ermegeira e outras antiguidades da região de Torres Vedras (Iapas). Grutas da Quinta das Lapas. 16 de Dezembro de 1939.

Bibliografia

ABERG, N. (1921) – La civilization eneolithique dans la Peninsule Iberique. (Vilhelm Ekmans Universitetsfond, 25). Uppsala.

AIRES-BARROS, Luís (1991) — Alteração e Alterabilidade de rochas. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

ALMEIDA, M. et al. (1991) - Carta Geológica de Portugal. Folha 34A (Sintra). Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

BARBOSA, E. (1955) – Alenquer nas épocas Pré e Proto-Histórica. Monografia arqueológica apresentada como Tese de Dissertação para a licenciatura de Ciências Histórico-filosóficas. FLUL. (policopiado)

BARROS, L. (1998) — Introdução à Pré-História e Proto-História de Almada. Almada: Câmara Municipal de Almada.

BARROS, L., ESPÍRITO SANTO, P. (1997) – Gruta artificial de S. Paulo. Setúbal Arqueológica. Setúbal. 11-12, p. 217-220.

BELCHIOR DA CRUZ, P. (1906) - As grutas de Palmela. In Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha, p.1-3.

BERDICHEWSKY, B. (1964) – Los enterramientos en cuevas artificiales del Bronce I Hispânico. Madrid: Biblioteca Praehistorica de España. 6.

BUENO RAMIREZ, P., BALBÍN BERHMANN, R., BARROSO BERMEJO, R. (2000) – Valle de las Higueras (Huecas, Toledo, España). Una necrópolis ciempozuelos com cuevas artificiales al interior de la Península. Estudos Pré-Históricos. LOCAL: 8, p. 49-80.

CARDOSO, J. L., CUNHA, A. S., AGUIAR, D. (1991) – O Homem pré-histórico no concelho de Oeiras. Estudos de Antropologia física. Oeiras: Câmara Municipal, p. 23-82.

CARDOSO, J. L., NORTON, J., CARREIRA, J. R. (1996) – Ocupação Calcolítica do Monte do Castelo (Leceia, Oeiras). Estudos Arqueológicos de Oeiras, 6. Oeiras: Câmara Municipal, p. 287-299.

CARDOSO, J. L., SOARES, A. M. (1990-1992) – Cronologia absoluta para o campaniforme da Estremadura e do Sudoeste de Portugal. O Arqueólogo Português. Lisboa. Série 4, vol. 8-10, p. 203-228.

CARDOSO, J. L., SOARES, A. M. (1995) – Sobre a cronologia absoluta das grutas artificiais da Estremadura portuguesa. Al-madan. Série 2. 4, p.10-13. CARTAILHAC, M. (1886) - Ages Préhistoriques de l'Espagne et du Portugal. Paris: CH. Reinwald.

CONTU, E. (2000) – L'ipogeismo della Sardegna Pré e Protohistorica. Actas do Congresso L'ipogeismo nel Mediterraneo. Origini, Sviluppo, Quadri Culturali. (Sassari, 1994). Sassari. I, p.313-368.

COSTA, A. Marques da (1903-1910) – Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal. Grutas sepulcrais da Quinta do Anjo. O Archeologo Português, VII-XV.

CREMONESI, R. (2000) - L'ipogeismo nell'Italia centrale. Actas do Congresso L'ipogeismo nel Mediterraneo. Origini, Sviluppo, Quadri Culturali. (Sassari, 1994). Sassari. I, p.250-266.

COSTA, J. Botelho da (2001) – Estudo e Classificação das Rochas por Exame Macroscópico. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian,

CRUZ-AUÑON, R., RIVERO GALÁN, E. (s.d.) - Cueva artificial de Antoniana (Gilena, Sevilla). Ayuntamiento de Gilena.

DEPALMAS, A. (2000) – Le sepolture ipogee della media valle del Tirso: tipologia, distribuzione ed analisi territoriale. Actas do Congresso Lipogeismo nel Mediterraneo. Origini, Sviluppo, Quadri Culturali.(Sassari, 1994). Sassari. II, p.835-846.

FERREIRA, O da V., TRINDADE, L. (1954) - Objectos da necrópole do Cabeço da Arruda. Zephyrus. Universidade de Salamanca.5, p. 29-35.

FERREIRA, O. da V. (1959) – Inventário dos monumentos megalíticos dos arredores de Lisboa. Sep. 1º Volume Acta e Memória do 1º Congresso Nacional de Arqueologia. (Lisboa, 1958). Lisboa, p. 215-224.

FERREIRA, O. da V. (1966) – La culture du vase campaniforme au Portugal. Memória dos Serviços Geológicos de Portugal. Lisboa. Memória nº 12, nova série. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

FERREIRA, O. da V. (1970) – Grutas artificiais da Quinta da Lapas (Torres Vedras). Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa. Lisboa.p. 177-188. FERREIRA, O. da V., LEITÃO, M. (1985) – Portugal Pré-histórico – seu enauadramento no Mediterrâneo. Lisboa: Europa-América.

FERREIRA, O. da V., NORTH, C. T., LEITÃO, M. (1977) - O espólio arqueológico das grutas de Ribeira de Crastos (Caldas da Rainha). Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal. Tomo LXI. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal, p. 5-11.

FERREIRA, O. da V., TRINDADE, L. (1956) – La necrópole de Cabeço da Arruda (Torres Vedras). In Congresso Internacional de Ciências Prehistoricas y Protohistoricas. Actas de la IV sesión. Madrid, 1954. Saragoça, p. 503-520. FIGUEIREDO, J., FAUSTO, A., PAÇO, A. (1946) - Novos aspectos da necrópole de Alapraia. Las Ciencias. Madrid. XI.

FORENBAHER, S. (1999) – Production and Exchange of Bifacial Flaked Stone Artifacts during the Chalcolithic. Oxford: BAR. 173 p.

FRANÇA, J. C., FERREIRA, O. da V. (1958) – A estação pré-histórica da Samarra (Sintra). Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal. Lisboa. 40, 2, p. 61-84.

FREITAS, L. de (19) – Orientações: Notas para uma hermenêutica das direcções do espaço

GONÇALVES, J. L. (1979) – O monumento pré-histórico da Praia das Maçãs. Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa. Lisboa. Série 3. 85, p. 125-135.

GONÇALVES, J. L. (1982-1983) – Monumento pré-histórico da Praia das Maçãs (Sintra). Notícia preliminar. Sintria. Sintra. 1-2, p.29-58.

GONÇALVES, J. L. (1992) – Grutas artificiais da Quinta das Lapas (Monte Redondo - Torres Vedras). Setúbal Arqueológica. Setúbal. 9-10, p. 247-

GONÇALVES, V. S. (1992) - Sítios, "Horizontes" e Artefactos: 3. A Questão das grutas artificiais e os complexos funerários de Alapraia e S. Pedro do Estoril no processo de calcolitização do Centro/Sul de Portugal. Arquivo de Cascais. Cascais, 11.

GONÇALVES, V. S. (1995) – Sítios, "Horizontes" e Artefactos. Leituras críticas de realidades perdidas. Cascais: Câmara Municipal.

GONÇALVES, V. S. (1997) – Manifestações do sagrado na Pré-história do Ocidente Peninsular. 2: A propósito dos artefactos votivos de calcário das necrópoles de Alcalar e Monte Velho. Setúbal Arqueológica, 11-12, p. 199-

GONÇALVES, V. S. (1999) – Reguengos de Monsaraz, Territórios megalíticos. Reguengos de Monsaraz: Câmara Municipal.

GONÇALVES, V. S. (2003) – Sítios, horizontes e artefactos: leituras críticas de realidades perdidas. Estudos sobre o 3º milénio no Centro e Sul de Portugal. Cascais: Câmara Municipal, 2ª edição revista e aumentada.

GONÇALVES, V. S. (2003) – Cascais há 5000 anos. Tempos, símbolos e espaços da morte das antigas sociedades camponesas. Cascais há 5000 anos. Cascais: Câmara Municipal, p. 63-195.

GONÇALVES, V. S., ANDRADE, M., PEREIRA, A (2004) - As placas de xisto gravadas das grutas artificiais do Tojal de Vila Chã (Carenque) e da necrópole das Baútas (Mina, Amadora). O Arqueólogo Português. Série IV. 22, p. 113-162.

GUILLAINE, J. (1994) - La Mer Partagée. La Méditerranée avant l'écriture. 7000-2000 avant Jésus-Christ. Paris: Hachette.

GUILLAINE, J. (2000) – Lés hipogées de la France Méditérranéene. Actas do Congresso L'ipogeismo nel Mediterraneo. Origini, Sviluppo, Quadri Culturali.(Sassari, 1994). Sassari. I, p.221-250.

HELENO, M. (1933) - Grutas artificiais do Tojal de Vila Chã (Carenque). Lisboa: Tipografia da empresa do Anuário Comercial.

HELENO, M. (1942) - Gruta artificial da Ermegeira. Ethnos. Lisboa.2, p.

HOSKIN, M. (1997) - Tombs, temples and orientations. O Neolítico atlántico e as orixes do Megalitismo. Ed A. Rodrigues Casal. Santiago de Com-

postela: Consello de Cultura Galega, p. 93-100. HOSKIN, M. (2001) - Tombs, temples and their orientations: a new per-

spective on Mediterranean Prehistory. Sussex: Ocarina Books. VIII. 264p. JALHAY, E.(1947-48) – Una fase interessante del Bronce Inicial português. In Ampurias, IX-X. Barcelona, p. 15.

JALHAY, E., PAÇO, A. do (1941) – A Gruta II da Necrópole de Alapraia. Anais da Academia Portuguesa de História. Lisboa. 4.

JORDÃO, P., MENDES, P. (2000) – As grutas de Ribeira de Crastos (Caldas da Rainha): reinterpretação de um sítio. O Arqueólogo Português. Série

JORGE, S. O (1999) - Domesticar a terra. Lisboa: Gradiva.

LEISNER, G. (1941) – Puertas perfuradas en sepulcros megalíticos de la Península Hispânica. Corona de Estúdios que la Sociedad Española de Antropologia, Etnografia y Prehistoria dedica a sus mártires. Consejo Superior de Investigaciones Cientificas. Tomo I. Madrid.

LEISNER, V. (1965) – Die Megalithgraber der Iberischen Halbinsel - Der Westen II. Berlin: Madrider Forchungen.

LEISNER, V., PAÇO, A., RIBEIRO, L. (1964) - Grutas artificiais de S. Pedro do Estoril. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

LEISNER, V., ZBYSZEWSKI, G., FERREIRA, O. da V. (1961) - Les grottes artificielles du Casl do Pardo (Palmela) et la culture du vase campaniforme. Lisboa. Memória nº 8, nova série. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal. LEISNER, V., ZBYSZEWSKI, G., FERREIRA, O. da V. (1969) - Les Monuments préhistoriques de Praia das Maçãs et de Casainhos. Memória nº 6, nova série. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

LEITÃO, M. et al. (1984) - The prehistoric burial cave at Verdelha dos Ruivos (Vialonga), Portugal. L'Age du Cuivre européen : civilizations à vases campaniformes. Paris: CNRS, p. 221-239.

LEROI-GOURHAN, A., BAILLOUD, G., BREZILLON, M. (1962) - L'hypogée II des Mournouards (Masmil-Sur-Oges, Marne). Gallia Préhistoire. 5 (I), p. 23-133.

LILLIU, G. (2000) - Aspetti e problemi dell'ipogeismo mediterraneo. Actas do Congresso L'ipogeismo nel Mediterraneo. Origini, Sviluppo, Quadri Culturali. (Sassari, 1994). Sassari. I, p.3-28.

MACHADO, J. S. (1964) – Subsídios para a história do Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos. O Arqueólogo Português. Lisboa. Il série, 5.

MANUPPELLA, G. et al. (1999a) – Carta Geológica de Portugal à escala 1: 5000. Notícia explicativa da folha 30A (Lourinhã). Lisboa: IGM.

MANUPPELLA, G. et al. (1999b) – Carta Geológica de Portugal à escala 1: 5000. Notícia explicativa da folha 38B (Setúbal). Lisboa: IGM.

MANUPPELLA, G., et al. (1999c) – Carta Geológica de Portugal à escala 1: 50000 - folha 27C (Torres Novas). Lisboa: IGM.

MANUPPELLA, G. et al. (2000) – Carta Geológica de Portugal à escala 1: 5000. Notícia explicativa da folha 27A (Ourém). Lisboa: IGM.

MATOS, R. (1954) – Carta Geológica de Portugal à escala 1: 50000 - folha 30C (Torres Vedras). Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

MELIS, P. (2000) – L'ipogeismo funerário nel território de Florinas (SS) dal Neolítico all'État del Bronzo. Actas do Congresso L'ipogeismo nel Mediterraneo. Origini, Sviluppo, Quadri Culturali. (Sassari, 1994). Sassari. II, p. 250-

MIRANDA, J., ENCARNAÇÃO, G., et al. (1999) – Carta Arqueológica do Paleolítico ao Romano. Amadora: Câmara Municipal da Amadora.

MIROSCHEDJI, P. (2000) – Les sepultures hypogées au Levant dês IVe-IIe millénaires. Actas do Congresso L'ipogeismo nel Mediterraneo. Origini, Sviluppo, Quadri Culturali. (Sassari, 1994). Sassari. I, p.29-82.

MONREAL JIMENO, L. (1989) - Eremitorios Rupestres Altomedievales (en Alto Valle de Ebro). Cuadernos de Arqueologia de Deusto. Bilbao: Universidad de Deusto.

MUÑOZ AMILIBIA, A. (2000) - El hipogeismo en la Península Ibérica. Actas do Congresso L'ipogeismo nel Mediterraneo. Origini, Sviluppo, Quadri Culturali. (Sassari, 1994). Sassari. I, p.157-184.

NIETO, G. (1959) - La cueva articiale de "La Loma de Los Peregrinos", Alguazas (Murcia). Ampurias. XXI, p, 189-237.

OLIVEIRA, A., BRANDÃO, J. V. (1969) – Descoberta de restos de uma gruta artificial em Liceia. O Arqueólogo Português. Série III. 3, p. 287-290. OLIVEIRA, F. de Paula (1889) - Antiquitées Préhistoriques et Romaines

des environs de Cascais. In Comunicações da Comissão de Trabalhos Geológicos de Portugal. Lisboa.T II. I, p. 83

PAÇO, A. (1955) – Necrópole de Alapraia. Anais da Academia Portuguesa deHistória. Série 2, 6. Lisboa, p. 23-140.

PAÇO, A., JALHAY, E. (1935) - As grutas de Alapraia. Brotéria. Lisboa. XXI, p. 108-129.

PARREIRA, R., SERPA, F. (1995) – Novos dados sobre o povoamento da região de Alcalar (Portimão) no IV-III milénio a. C. 1º Congresso de Arqueologia Peninsular. Porto, 1993. Vol. 35 (3). Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, p. 233-256.

PEREIRA, F. A. (1918) – A Cova dos Mouros na Alapraia. O Arqueólogo Português. Série I. 23, p. 64.

Ramos Muñoz et al., 1994:

RAMALHO, M. M. et al. (1993) – Notícia explicativa da folha 34A (Sintra) da Carta Geológica de Portugal à escala 1: 50000. Lisboa: IGM.

RAMALHO, M. M. et al. (2001) - Notícia explicativa da folha 34C (Cascais) da Carta Geológica de Portugal à escala 1: 50000. Lisboa: IGM.

RIBEIRO, C. (1880) – Études pré-historiques en Portugal. II. Notice sur quelques stations et monuments préhistorique. Memória apresentada à Academia Real de Ciências de Lisboa. Lisboa.

RICOEUR, P. (1981) - Hermeneutics and the Human Sciences: Essays on Language, Action and Interpretation. Cambridge: Cambridge University

RIVERO GALLÁN, E. (1988) - Analisis de las cuevas artificiales de Andalucía y Portugal. Sevilla: Colegio Universitario de la Ràbida.

ROSSELLÓ BORDOY, G. (2000) - El hipogeismo mediterráneo y su influencia en las Islas Baleares. Actas do Congresso L'ipogeismo nel Mediterraneo. Origini, Sviluppo, Quadri Culturali.(Sassari, 1994). Sassari. I,

, SILVA, A. M. (1997) – O hipogeu de Monte Canelas I. Contribuição da Antropologia de Campo e da Paleobiologia na interpretação dos gestos funerários do IV e III milénios a. C. II Congresso de Arqueología Peninsular. Neolítico, Calcolítico y Bronce. Zamora, 1996. Tomo II, p. 241-246.

SENNA-MARTINEZ, J. C. (1990) – Notas para o estudo da génese da Idade do Bronze na Beira Alta: o fenómeno campaniforme. Trabalhos de Arqueologia da EAM. Lisboa. 2, p. 173-200.

SILVA, A. M. (1999) - A necrópole neolítica do Cabeço da Arruda (Torres Vedras, Portugal): os dados paleobiológicos. Saguntum. 2, p. 355-360. SILVA, A. M. (2002) – Antropologia funerária e paleobiologia das populações portuguesas (litorais) do Neolítico final/Calcolítico. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra (policopiada).

SILVA, C. T. da, SOARES, J. (1986) - Arqueologia da Arrábida. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação de Natureza.

SILVA, C. T. da (1990) – Influências Orientalizantes no Calcolítico do Centro e Sul de Portugal. Notas para um debate. Estudos Orientais. 1, p. 45-

SILVA, R. B. (1993) – Contributos arqueológicos do concelho de Caldas da Rainha. Terra de Águas. Caldas da Rainha: Câmara Municipal, p. 25-36. SOARES, A. M., CABRAL, J. M. P. (1993) - Cronologia absoluta para o Calcolítico da Estremadura e do Sul de Portugal. Trabalhos de Antropologia e Etnologia. Porto, 33: 3-4, p. 217-226.

SOARES, J. (2003) – Os hipogeus pré-históricos da Quinta do Anjo (Palmela) e as economias do sagrado. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.

TRINDADE, L., FERREIRA, O. da V. (1956) – A necrópole do Cabeço da Arruda (Torres Vedras). Anais da Faculdade de Ciências do Porto. Porto. 38, p. 193-212.

TUSA, S. (2000) – L'ipogeismo in Sicilia. Actas do Congresso *L'ipogeismo* nel Mediterraneo. Origini, Sviluppo, Quadri Culturali. (Sassari, 1994). Sassari. I, p.267-312.

TRUMP, D. (2000) – The hypogea of maltese islands. Actas do Congresso L'ipogeismo nel Mediterraneo. Origini, Sviluppo, Quadri Culturali. (Sassari, 1994). Sassari. I, p.250-266.

VASCONCELOS, L. (1897) – Religiões da Lusiânia, 1. Lisboa: Imprensa Na-

ZBYSZEWSKI, G., et al. (1955) – Carta Geológica de Portugal à escala 1: 50000. Notícia explicativa da folha 30C (Torres Vedras). Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

ZBYSZEWSKI, G., VIANA, A., FERREIRA O. da V. (1957) – Nota sobre a gruta da Ponte da Lage (Oeiras) e o "tholos" do Monge (Sintra). In Congresso Luso-espanhol para o progresso das ciências. (Coimbra, 1956), p.189-191.

ZBYSZEWSKI, G., et al. (1965) – Carta Geológica de Portugal à escala 1: 50000 - folha 30B (Bombarral). Lisboa: IGM.

ZBYSZEWSKI, G., et al. (1966) - Carta Geológica de Portugal à escala 1: 50000. Notícia explicativa da folha 30B (Bombarral). Lisboa: IGM.

ZBYSZEWSKI, G., FERREIRA O. da V., LEITÃO, M., et al. (1976) – Découverte d'un silo préhistorique près de Verdelha dos Ruivos (Vialonga, Portugal). In Madrider Mitteilungen. Madrid. 17, p. 76-78.

ZBYSZÉWSKI, G., et al. (1981) – Carta Geológica de Portugal à escala 1: 50000. Notícia explicativa da folha 34B (Loures). Lisboa: IGM.

ZILHÃO, J. (1987) – Bolores. Informação Arqueológica 8. Lisboa: IPPC, p. 54-55.



Associação dos Arqueólogos Portugueses

